



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS FUNDAÇÃO  
PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO DA FAUNA**

**MANOELA OLEGÁRIO DA COSTA**

**SABERES SOBRE AS PRÁTICAS DE CAÇA NO QUILOMBO PEDRO CUBAS,  
VALE DO RIBEIRA, SP**

**SÃO CARLOS - SP**

**2023**

**MANOELA OLEGÁRIO DA COSTA**

**SABERES SOBRE AS PRÁTICAS DE CAÇA NO QUILOMBO PEDRO CUBAS,  
VALE DO RIBEIRA, SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Conservação da Fauna.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Nivert Schlindwein

Coorientador: Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado

SÃO CARLOS - SP

2023

**AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, a todos os moradores das comunidades remanescentes de quilombolas de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. Estes, desde o meu primeiro pisar em 2019 me receberam como uma saudade, me acolheram como uma filha e hoje se tornaram meus porquês de amar onde estou e o que faço.

Ao meu orientador Marcelo que me encorajou através da fala “*Não lhe falta inspiração, lhe falta apenas expiração*”. Esta fez me reconectar comigo e lembrar que nenhuma resposta está fora de nós. A vivência em Pedro Cubas e Pedro Cubas de cima está em meu coração e agora, no coração de todos os leitores deste trabalho.

Ao coorientador do projeto, Helbert, por me apresentar a todo contexto do Vale do Ribeira, através do projeto FAPESP (2016/04680-4) em que tive o privilégio de participar. A Idelmara, uma amiga que a Ecologia Humana me deu e hoje me inspiro em sua trajetória pessoal e acadêmica, meu obrigado por toda assistência em uma das saídas de campo deste lindo trabalho e por me encorajar a querer ir além.

Aos meus pais e mães Orixás, a Exu e todos os meus guias espirituais que me acompanham e que mantêm viva a ancestralidade por onde eu vou.

Por fim, as mulheres da minha vida. As que são de sangue, de fé, de vista. Que ocupemos lugares, nossas mentes e onde mais pudermos.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** - Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso para a liderança da comunidade de Pedro Cubas.

**Figura 2** - Paisagem de Mata Atlântica secundária e ao fundo os morros do Vale do Ribeira.

**Figura 3** - Demarcações de áreas de proteção ambiental do Vale do Ribeira (SP) da década de 1980.

**Figura 4** - Demarcações de áreas de proteção ambiental do Vale do Ribeira (SP).

**Figura 5** - Mapa da região abrangente de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.

**Figura 6** - Balsa de acesso às comunidades, que atravessa o Rio Ribeira de Iguape.

**Figura 7** - Residência de Pedro Cubas, às margens da estrada.

**Figura 8** - Morador da comunidade de Pedro Cubas e sua residência em meio a mata.

**Figura 9** - Morador de Pedro Cubas em roça aos fundos de seu quintal.

**Figura 10** - Moradora de Pedro Cubas de Cima, levando as pesquisadoras até a casa de outro morador para uma nova entrevista.

**Figura 11** - Fogão a lenha, comumente localizado aos fundos das casas.

**Figura 12** - Artesanatos para venda e também para armazenar as banhas dos animais.

**Figura 13** - Morador da comunidade na beira do rio Pedro Cubas, onde alimenta os peixes.

**Figura 14** - Riacho Pedro Cubas, trecho raso.

**Figura 15** - Gatos domésticos de uma das residências de Pedro Cubas de Cima.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** - amostral de quantidade, faixa etária e gênero das pessoas que realizam a atividade da caça. (M= mulher; H= homem).

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CEL** - Conhecimento Ecológico Local

**PETAR** - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

**PES** - Parque Estadual da Ilha do Cardoso

**PES** - Parque Estadual Carlos Botelho

**ESEC** - Estação Ecológica Juréia-Itatins

**ESEC** - Estação Ecológica dos Chauás

**PES** - Parque Estadual de Jacupiranga

**ITESP** - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC

**MOSAC** - Mosaico do Jacupiranga

**RDS** - Reservas de Desenvolvimento Sustentável

**APA** - Áreas de Proteção Ambiental

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

## SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização da temática.....	11
1.2 Motivação e justificativas.....	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1 As populações remanescentes de comunidades quilombolas.....	15
2.2 O bioma estudado.....	17
2.3 O Histórico do Vale do Ribeira - SP.....	21
2.4 Objeto de estudo: a caça.....	26
2.5 Uma provocação para o futuro: a domesticação em meio a caça.....	28
3. OBJETIVOS.....	29
3.1 Objetivos Gerais.....	29
3.2 Objetivos específicos.....	29
4. METODOLOGIA.....	30
4.1 Coleta e análise de dados.....	30
4.2 Licenças do projeto e saídas de campo.....	32
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
5.1 A caça.....	34
5.2 A pesca.....	44
5.3 Domesticação de silvestres.....	47
5.4 Cães de caça.....	49
5.5 Domesticação: cães, gatos, galinhas, vacas e porcos.....	50
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
7. REFERÊNCIAS CITADAS.....	54
8. REFERÊNCIAS DE FIGURAS.....	64
9. REFERÊNCIAS DE TABELAS.....	63

**SABERES SOBRE AS PRÁTICAS DE CAÇA NO QUILOMBO PEDRO CUBAS,  
VALE DO RIBEIRA, SP**



# **SABERES SOBRE AS PRÁTICAS DE CAÇA NO QUILOMBO PEDRO CUBAS, VALE DO RIBEIRA, SP**

Manoela Olegário da Costa<sup>1\*</sup>, Marcelo Nivert Schindwein<sup>2</sup>

## **RESUMO**

As comunidades tradicionais são constantemente prejudicadas pelo senso comum ocidental no que se diz respeito às suas atividades de subsistência e à conservação de fauna. Guiadas pelo mito da “Natureza Intocável”, desconsideram a presença, importância e participação das comunidades nos projetos de restauração e na demarcação de áreas protegidas. Por estarem inseridas nesses contextos, possuem uma relação estreita com a biodiversidade, trazendo uma perspectiva rica em conhecimentos ecológicos e congruentes ao olhar acadêmico. A presente dissertação trouxe entrevistas sem estruturamento com doze moradores das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima (Vale do Ribeira - SP) nos anos no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022, juntamente com a observação participativa, com o objetivo de trazer as narrativas da caça e pesca e os conhecimentos ecológicos intrínsecos como fundamentais e complementares aos projetos de conservação de fauna. Os entrevistados foram divididos em três categorias: aqueles que caçam, não caçam mais e nunca caçaram. Com isso, foi possível discutir os saberes intrínsecos das narrativas da caça, as dificuldades e os impasses de realizar a atividade atualmente, além do contato das novas gerações com o contexto urbano que os afastam da caça e das outras atividades de subsistência dos moradores locais. Mesmo com a presença das populações remanescentes de quilombolas presentes em Unidades de Conservação, ainda há grandes discussões sobre suas permanências e importâncias na conservação da fauna. Como engatilhamento para projetos futuros, foi introduzido a temática de “espécies companheiras” nos resultados. A caça é discutida neste trabalho não apenas como aporte de alimento, mas também como elemento da cultura e de medicina e suas implicações nas relações com a diversidade existente.

**Palavras-chave: comunidades tradicionais, caça sustentável, ecologia humana.**

**Knowledge about hunting practices in the Quilombos Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, Vale do Ribeira, SP**

Manoela Olegário da Costa<sup>1\*</sup>, Marcelo Nivert Schlindwein<sup>2</sup>

**ABSTRACT**

Traditional communities are constantly harmed by the western common sense regarding their subsistence activities and wildlife conservation. Guided by the myth of the "Untouched Nature," they disregard the presence, importance, and participation of these communities in restoration projects and the demarcation of protected areas. Since they are embedded in these contexts, they have a close relationship with biodiversity, offering a perspective rich in ecological knowledge and congruent with academic views. This dissertation conducted unstructured interviews with twelve residents from the communities of Pedro Cubas and Pedro Cubas de Cima (Vale do Ribeira - SP) in the second half of 2021 and the first half of 2022, along with participative observation. The objective was to present the narratives of hunting and fishing and the intrinsic ecological knowledge as fundamental and complementary to wildlife conservation projects. The interviewees were divided into three categories: those who hunt, those who used to hunt but don't anymore, and those who have never hunted. This allowed for a discussion on the inherent knowledge in hunting narratives, the difficulties and challenges of engaging in hunting activities nowadays, as well as the impact of urbanization on the younger generations, which distances them from hunting and other local subsistence activities. Even with the presence of remaining Quilombola populations in Conservation Units, there are still significant discussions about their permanence and importance in wildlife conservation. As a trigger for future projects, the concept of "companion species" was introduced in the results. This work discusses hunting not only as a source of food but also as an element of culture and medicine and its implications in relationships with existing diversity.

**Key words: traditional communities, sustainable hunt, human ecology.**

## 1. INTRODUÇÃO

### *1.1 Contextualização da temática*

A biodiversidade da fauna e flora, em especial as pertencentes ao bioma da Mata Atlântica, vêm sofrendo diversas ameaças em decorrência das ações humanas. Além de desmatarem porcentagens grotescas de território, a mudança de paisagem afeta diretamente os animais silvestres e suas populações e as comunidades tradicionais que ali também habitam (CUCCHI et al., 2020). Este cenário tem ligações diretas com o desenvolvimento econômico, político e social de longa data que expandem as áreas urbanas e alteram as áreas rurais, retardando e até retrocedendo os projetos de conservação e manejo de espécies de fauna (HIROTA, 2003; DIRZO et al., 2014; BRONDIZIO & TOURNEAU, 2016; SILVA & BOMFIM, 2019). Estes projetos visam recuperar ou, ao menos, se aproximar do funcionamento natural dos ecossistemas como um todo, porém, há sempre o embate quando se trata de crescimento econômico (SILVA, 2020).

A expansão urbana, principalmente no território brasileiro, trouxe impactos decorrentes de diversos fatos históricos como o período colonial, passando pelas revoluções industriais e sendo presentes também na atualidade. As mudanças do ambiente e das dinâmicas das espécies de fauna e flora ali pertencentes durante toda essa transição são discutidas por pesquisadores multidisciplinares considerando diferentes pontos de vista dentro e fora da academia (PEZZUTI et al., 2018). Encontram-se dentro de certas ramificações da Ecologia, como a Ecologia da Restauração, estratégias para a redução e reversão dos impactos consequentes do crescimento populacional humano que invade, altera e reduz habitats ocupados por outras espécies (OLIVEIRA, 2011). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define essas estratégias como a busca pela semelhança à paisagem original, com poucas alterações no habitat e também em seu funcionamento (SILVA, 2020; BRASIL, 2000). Para que a ecologia da restauração entre em prática, é necessário acessar de maneira interdisciplinar questões humanas e não humanas, como elas se relacionam e, principalmente, como elas deveriam se relacionar. Uma vez que as civilizações humanas se expandem, estudos trazem a degradação dos ecossistemas, alterando a dinâmica das espécies ali pertencentes (OLIVEIRA, 2011).

De fato, o avanço das civilizações humanas e a constante busca pelo conforto envolve a exploração cada vez maior de ferramentas e recursos na natureza. Utilizando

diferentes tecnologias em prol de facilitar o cotidiano, nos faz refletir sobre quais ações são de impacto degradante à biodiversidade e quais são consideradas sustentáveis, e o mais importante: quem de fato corresponde a qual tipo de prática (OLIVEIRA, 2011; IANOVALI, 2015). As diferentes relações com a natureza trazem perspectivas em relação ao uso de seus recursos e conforme caminhamos pelos estados brasileiros, individualizamos este olhar através das culturas presentes no território brasileiro, de modo a contribuir com esta grande teia que permeia a ecologia de restauração (FISCHER, 2017; OLIVEIRA 2011). Por isso, é reforçada a importância das particularidades de cada região na efetividade dos projetos de manejo, construção de corredores ecológicos, entre outros (ARONSON & VALLEJO, 2006, DIEGUES, 2000).

Para que se aproxime a dimensão da relação homínido e natureza ao contexto da conservação, trás-se a reflexão da guerra dos mitos. Esta, discute os extremos do biocentrismo e antropocentrismo, trazendo a necessidade de isolamento da natureza em relação ao ser humano para que esta sobreviva e o próprio ser humano como parte ativa e indispensável para a conservação respectivamente. (DIEGUES, 1998; DIEGUES, 2000; MAURÍCIO, 2020). Este primeiro extremo afasta qualquer tipo de interação humana com a natureza e não a considera como parte de um todo, além de fazer parte de maneira enraizada nos projetos de conservação. Ao traçar metas para retroceder os danos causados pelo avanço e desenvolvimento humano, não é considerada sua capacidade de acelerar os processos de recuperação, além do importante papel representativo e simbólico da natureza para diferentes culturas (FURLAN, 2000).

O biocentrismo traz a incompatibilidade da “Natureza Intocável”, uma vez que para sobreviver precisamos dos recursos naturais oferecidos, mas o desenfreado desenvolvimento humano levou a um estado crítico de exploração, onde não há tempo hábil para que a natureza se recupere sem ajuda. Esta traz a natureza para dispor de seus recursos, dando a sensação hierárquica e não de cooperação. Na realidade, à medida que a urbanização, avanços tecnológicos e de exploração ocorrem, nos afastamos da ancestralidade e das relações mais próximas ao meio ambiente, que para muitos, essa relação não existe (mito) ou não deveria existir. A “Natureza Intocada”, onde humanidade e natureza devem permanecer distantes é uma ideia enraizada na civilização ocidental (DIEGUES, 2000).

Dentre o que é trazido neste texto como particularidades das relações com o meio, destacam-se as comunidades tradicionais, temática principal deste trabalho. Estes povos têm

como subsistência e atividades econômicas ligadas à roça, à pesca e à caça sustentável se estendem por toda a América Latina (IANOVALI et al., 2016; BORGES & CARNEIRO, 2020). Muitas dessas comunidades estão inseridas em unidades de conservação (UC's) e por isso se tornam de extrema importância para a preservação da ecologia histórica de interações entre ser humano e espécies selvagens (OLEGÁRIO, 2020; PEZZUTI et al, 2018). A Lei 11.428/2006 define essas comunidades como “população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental” (art. 3º, inc. II).

Para que uma região seja escolhida para abranger uma UC, é necessário analisar todos os contextos que a envolvem, como econômicos e sociais. Além disso, características biofísicas de relevo, clima e solo, para que um valor seja atribuído e a relevância de conservação dessa área e as espécies nela existentes sejam conservadas. Portanto, a presença dos povos tradicionais pertencentes a essas áreas são de grande valor qualitativo para que haja a formalização dessas UC's (BRASIL, 2000). Apesar disso, a comunidade estar inserida em uma UC não é uma garantia de permanência. Diversos conflitos relacionados à demarcação de terras persistem desde o período colonial, tanto contra o poder econômico (voltados à agricultura e a mineração) quanto os próprios órgãos ambientais. Estes povos sofrem constantemente por lutarem pelos direitos de seguirem com seus costumes e práticas à medida que as atividades extrativistas crescem (FIGUEIREDO, 2013).

Como outra grande ameaça a permanência destes povos, extremistas da conservação da biodiversidade (sejam eles do meio acadêmico ou não) guiados pelo senso comum ocidental não compreendem essas relações diferenciadas e de baixo impacto ambiental (DIEGUES, 1998). O olhar voltado para a economia e para as crescentes ocupações humanas não consideram a dinâmica no habitat que outras espécies necessitam para sua sobrevivência. A ideia firme para esta porção da população incompatibiliza que o ser humano tenha essa relação diferenciada de coexistência com a natureza (FIGUEIREDO,2013).

### *1.2 Motivação e justificativas*

A aproximação da presente autora com as comunidades estudadas se iniciou em 2019, através do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação (TCC) em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos *Campus* Sorocaba (UFSCar-So)(Figura

1). O trabalho foi centralizado na valorização do conhecimento tradicional dos moradores das comunidades para o ensino formal das escolas rurais e quilombolas da região e do Brasil como um todo (OLEGÁRIO, 2020; OLEGÁRIO & PRADO, 2022). As narrativas coletadas a partir das saídas de campo e convivência com os moradores e educadores da região permitiram que se destacasse a escola como ferramenta da preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais ancestrais, abordando-os como complemento do ensino formal e de outras práticas pedagógicas no Ensino de Ciências. As atividades tradicionais, como o cultivo de roça “corte e queima” (ou coivara, importante para o histórico de subsistência das comunidades da região), comumente realizadas pelos moradores estão se perdendo conforme o contato com o contexto urbano, juntamente com o desinteresse e falta de motivação das novas gerações em serem participativas nas demandas e culturas das comunidades (PEDROSO JR., et al., 2008; PRADO & MURRIETA, 2018; SANTOS E TATTO, 2008).

**Figura 1** - Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso para a liderança da comunidade de Pedro Cubas.



Fotografia por: TINOCO (2021).

Portanto, os próprios resultados do TCC e do capítulo de livro gerado a partir dele (Etnoecologias Quilombolas e Ribeirinhas: Saberes e Práxis na Paisagem) (OLEGÁRIO & PRADO, 2022), trouxe a importância do engajamento das novas gerações nas demandas

políticas das comunidades, além de outras temáticas que são trazidas por eles em reunião de consentimento para realização dos trabalhos dentro das comunidades. (OLEGÁRIO, 2020; Prado & Murrieta, 2018; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013; OLEGÁRIO & PRADO, 2022). Este primeiro contato, juntamente com conversas com os líderes das duas comunidades para saber as demandas de pesquisa levantadas por eles, permitiu a possibilidade de dar continuidade às pesquisas na região (Figura 1).

Para que a temática se encaixasse na proposta do programa de pós-graduação do qual este trabalho pertence (Programa de Pós Graduação em Conservação de Fauna - PPGCFau UFSCar), se fez necessário se voltar ao contexto da conservação de fauna. Ocorrência e comportamento de espécies, relações etnobiológicas certamente contribuem para preencher lacunas da literatura científica e ajudar em projetos voltados para a recuperação de espécies ameaçadas (PRADO et al., 2022).

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### *2.1 As populações remanescentes de comunidades quilombolas*

Estas comunidades são conhecidas e citadas pela literatura como povos tradicionais, onde através de processos de ocupação foram essenciais para o povoamento do território brasileiro, se expandindo para toda a América Latina (MORAN, 2010; CARRIL, 2002; GOMES, 2015). Dentre eles destacam-se povos indígenas, ribeirinhas, caiçaras e quilombolas. Por seguirem um estilo de vida mais próximo à natureza, carregam bagagens extensas de conhecimento sobre a fauna e flora local (CAMPOS 2002; PRADO & MURRIETA 2015). O reconhecimento desses povos é realizado por um extenso processo que se inicia pela autodeclaração, passando pelo levantamento de um laudo antropológico pelo governo estadual local até até estarem assegurados através do instituto local (no caso, do Vale do Ribeira é feito pelo ITESP) e o INCRA (FIGUEIREDO, 2016; BRASIL, 2016). O direito ao território quilombola remanescente do período colonial é assegurado pela Constituição Brasileira de 1988 no Art. 68 “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (FIGUEIREDO, 2016).

Originalmente na literatura, são trazidos como mocambos ou quilombos (GOMES, 2015). A formação dessas pequenas populações locais ocuparam seus espaços por diferentes maneiras. Ao se afunilar ao contexto do presente trabalho, as comunidades remanescentes de quilombo se formaram ao longo do período colonial, onde alguns vilarejos surgiram nas terras abandonadas ou doadas pelos donos de engenho e fugas do período escravocrata (CARRIL, 2002; GOMES, 2015). Essa última, constitui no afugentamento em proximidades dos rios e em matas fechadas, para que subsistissem através das atividades de baixo impacto ambiental já citadas anteriormente (CARRIL, 2002; PRADO & MURRIETA, 2018). Hoje, a presença de povos tradicionais em áreas protegidas alcança os oitenta por cento (FIGUEIREDO, 2016). Mesmo com este dado, ainda é um grande impasse para que estes tenham sua permanência assegurada e vozes ativas em projetos de conservação junto à academia e ao governo federal (BENSUAN, 2004).

O cenário em que se constituiu as comunidades quilombolas trás a seus moradores um semi-isolamento geográfico, por estarem há certas distâncias de serviços essenciais e o contexto urbano, o que proporciona a estreita relação com a fauna e flora local se comparado com o contexto urbano e, em alguns casos, das áreas rurais citada anteriormente (GOMES 2015; PRADO & MURRIETA, 2015). Este tipo de isolamento não se estende ao estilo de vida, pois as próprias comunidades se interagem de maneira ativa através de troca de sementes e outros mantimentos, além de conhecimentos e relações afetivas e familiares desde suas primeiras ocupações na região Os quilombolas se caracterizam pela interessante relação ecológica, acumulando saberes sobre outras espécies, flora, clima, solo e fases da lua, formalizando o que chamamos de conhecimento tradicionais ou conhecimento ecológico local ou CEL (PRADO & MURRIETA, 2018; ZARGER, 2002; SPÍNOLA, 2008; PRADO et al., 2022). A população negra e toda a sua bagagem histórica e cultural promove toda essa relação particular com a natureza, mas que muitas vezes por um sistema dominante de conservação, não são as principais vozes a serem ouvidas ao traçar metas conservacionistas (DIEGUES, 2000). Esses ricos saberes estão desaparecendo à medida que o desmatamento avança e essas comunidades são ameaçadas (CARRIL, 2002).

Hoje, muitas dessas comunidades tiveram alterações nas suas paisagens e passaram a se concentrar em pequenas vilas, formando de maneira semelhante a comunidades rurais em diferentes escalas. Essa alteração gerou impactos voltados para o modo de vida, a busca pelo alimento e as interações humanas e não humanas antes vivenciadas (GOMES, 2015). Muitos dos moradores não realizam mais as atividades tradicionais e muitos dos conhecimentos e



vivências desaparecem à medida que o contato com o contexto urbano se faz presente (ADAMS et al., 2013; VASCONCELLOS, 2004).

## *2.2 O bioma estudado*

Ainda que as populações tradicionais como um todo ocupem seus espaços por toda a América Latina, neste trabalho iremos afunilar ao contexto da Mata Atlântica, por ser o bioma das comunidades em questão. Esta, abrange 17 dos 26 estados brasileiros e conta com 2.595 Unidades de Conservação (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020). Este bioma é responsável por grande parte da economia brasileira (80% PIB), além de fornecer um abastecimento de água para mais da metade da população, juntamente com a Amazônia. Abrigando cerca de 70% da população do Brasil, a urbanização traz retrocessos para a Mata Atlântica: o relatório feito pela SOS Mata Atlântica aponta dados de crescentes áreas desmatadas, tendo apenas 12,4% de sua mata original (SOS MATA ATLÂNTICA, 2021).

**Figura 2** - Paisagem de Mata Atlântica secundária e ao fundo os morros do Vale do Ribeira.

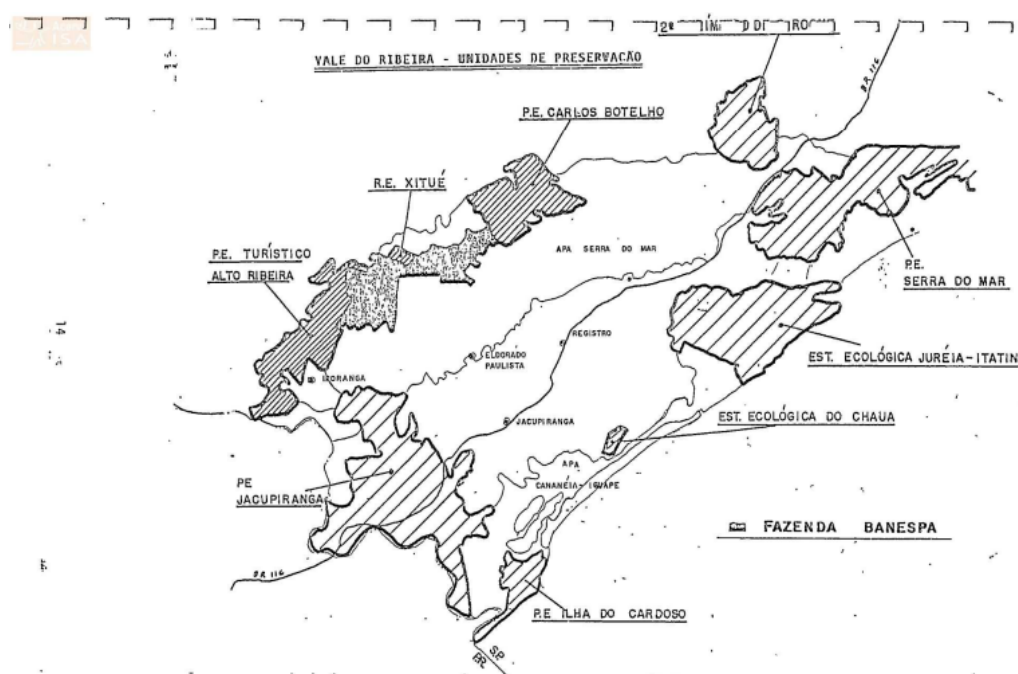


Fotografia por: OLEGÁRIO (2019).

A fauna da Mata Atlântica é composta por 261 espécies de mamíferos, 688 espécies de aves, 200 espécies de répteis e 280 espécies de anfíbios, algumas delas são endêmicas da

região de floresta ombrófila (RIBEIRO et al., 2009; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA et al., 1998; PRADO et al., 2022). A flora é resumida em árvores e arbustos, totalizando 741 espécies descritas, impactadas pelo desmatamento e fragmentação (SOS MATA ATLÂNTICA, 2006). O clima de duas estações na região do Vale do Ribeira (Figura 3 e 4) é separado por quente na primavera e verão e ameno no outono e inverno. Seu relevo, acidentado, é composto por diversos morros florestados por mata secundária (Figura 2) (PRADO et al., 2022). A presença de comunidades quilombolas no trecho geográfico em questão proporcionou a interação de pequeno grau entre espécies humanas e não humanas. A adaptabilidade de algumas populações da fauna local com a presença humana trouxe o conceito de espécies sinantrópicas para este trabalho. Vale lembrar a nível conceitual que as espécies presentes na região se diferenciam na sensibilidade em relação a presença do ser humano em seu habitat, se diferenciando em maior ou menor grau de adaptação a essa coexistência (POVOLNÝ, 1971).

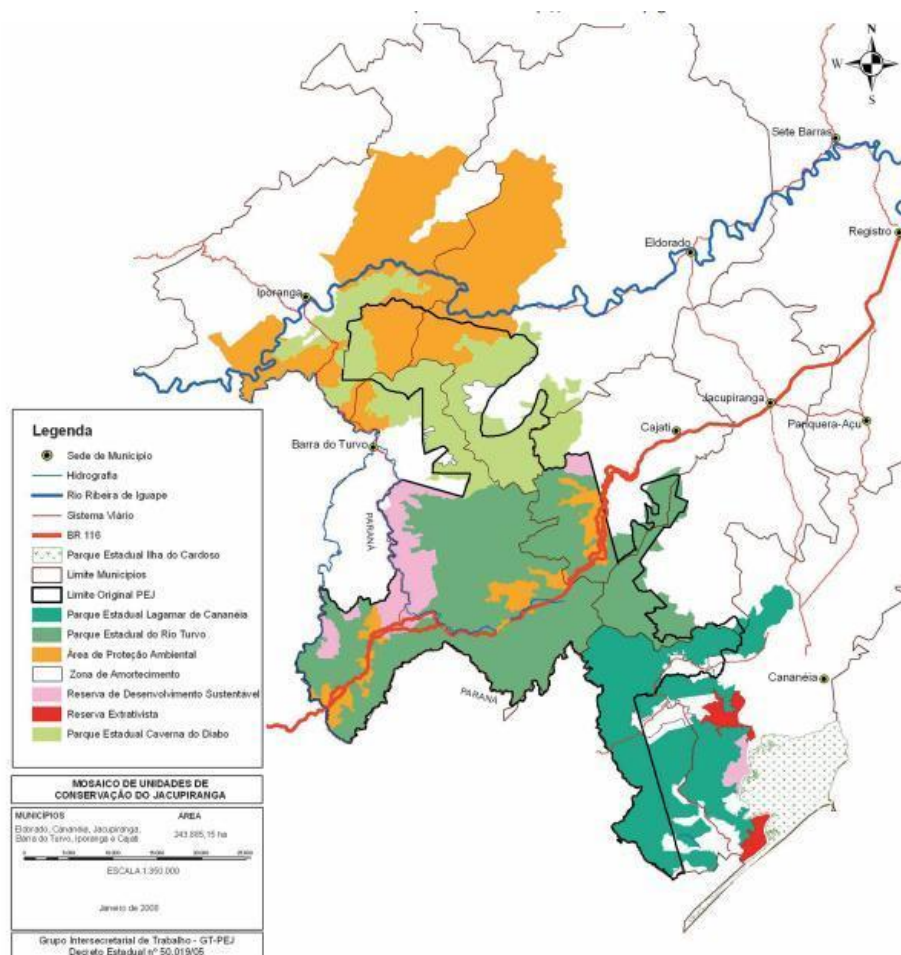
**Figura 3** - Demarcações de áreas de proteção ambiental do Vale do Ribeira (SP) da década de 1980.



Fonte: CAPOBIANCO (1987).

A região estudada (onde se inserem as populações remanescentes de quilombo), pertence ao maior trecho geográfico contínuo de Mata Atlântica, possuindo características pluviais e de relevo que proporcionam e sustentam sua vasta biodiversidade. Ocorrendo principalmente o endemismo de algumas espécies de fauna local, está composta em aproximadamente 313 espécie de aves, 122 de mamíferos, 49 anfíbios, 18 répteis e 61 peixes de água doce. No que se diz respeito a fauna, a região conta com cerca de 741 espécies distribuídas em árvores e arbustos (VELOSO, GOES-FILHO, 1982; RIBEIRO et al., 2009; OLEGÁRIO, 2020) (Figura 4).

**Figura 4 -** Demarcações atuais de áreas de proteção ambiental do Vale do Ribeira (SP).



Fonte: ENADE (2019).

Como principais impactos ambientais que ameaçam a biodiversidade do Vale do Ribeira, se tem a fragmentação florestal, caça, atropelamento e extração de recursos florestais (SOS MATA ATLÂNTICA, 2006). Assim como outros biomas brasileiros, a Mata Atlântica conta com diferentes estratégias de conservação, como delinear áreas, normas e procedimentos sob gestão a níveis municipais, estaduais e federais. O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 visa trazer benefícios para a sociedade, como expansão econômica, asseguarção de atividades extrativistas de populações tradicionais e ofertar serviços ecossistêmicos (turismo, uso do solo e de outros recursos) de maneira sustentável. Corredores Ecológicos, Parques Estaduais, Reservas Extrativistas ou de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Unidades de Conservação. Mais precisamente, 40% dessas áreas protegidas do Estado de São Paulo estão hoje presentes no Vale do Ribeira. O Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) e suas 13 unidades são responsáveis pelo delineamento dessas áreas e pelo todo que envolve a conservação da região e de seus moradores. O corredor ecológico que liga uma dessas unidades é um desmembramento da APA Serra do Mar, que abriga as 11 das 66 comunidades atuais do Vale do Ribeira como Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, André Lopes, Galvão, Ivaporunduva, Maria Rosa, Nhunguara, Pilões, Praia Grande, São Pedro e Sapatu. Dentro dessa Apa temos importantes espécies de fauna em níveis críticos de ameaça de extinção, são eles: onças-pardas, jacutingas e muriquis-do-sul (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2023). O presente projeto conta com um recorte histórico interessante, portanto, tras-se os mapas abaixo para ilustrar as grandes mudanças das áreas de proteção ambiental da região do Vale do Ribeira da década de 1980 e da atualidade (Figura 3)(CAPOBIANCO, 1987).

Em um levantamento bibliográfico atual do Vale do Ribeira, encontrou-se o mapa abaixo, representativo das demarcações dos parques e unidades que protegem a biodiversidade local. São eles: Parque Estadual Caverna do Diabo, Parque Estadual do Rio Turvo, Parque Estadual Lagamar de Cananéia; Área de Proteção Ambiental (APA) dos Quilombos do Médio Ribeira, APA de Cajati, APA do Rio Vermelho e Rio Pardinho, APA Planalto do Turvo; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Lavras, RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, RDS dos Pinheirinhos, RDS Barreiro/Anhemas e RDS Itapanhapima; Reserva Extrativista (RESEX) Taquari e RESEX Ilha do Tumba (Figura 4). A região contou com um avanço entre delineamentos de áreas de proteção em diferentes níveis, a medida que foi-se definindo a oferta de serviços ecossistêmicos e categorias de manejo das

espécies locais (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

### 2.3 O Histórico do Vale do Ribeira - SP

A colonização permeou o Rio Ribeira de Iguape (Figura 4 e 5), através de diferentes ciclos extrativistas. O primeiro, acompanhado pela rota dos bandeirantes no século XVI pelo ciclo do ouro e por atividades escravocratas de negros africanos (PRADO, 2016). A exploração deste mineral teve seu início no estado de Minas Gerais, o que causou as doações e abandonos de terra por senhores de engenho, que migravam em direção ao maior fluxo exploratório do país. Mesmo antes desse deslocamento acontecer, as fugas dos escravos para regiões nas proximidades dos rios e outras áreas isoladas (PRADO et al., 2022). Com esse deslocamento, o Vale do Ribeira começou a se estabelecer, dando origem inclusive, ao bairro de Ivaoporunduva nas proximidades das comunidades abordadas neste trabalho (PRADO, 2016; SANTOS & TATTO, 2008).

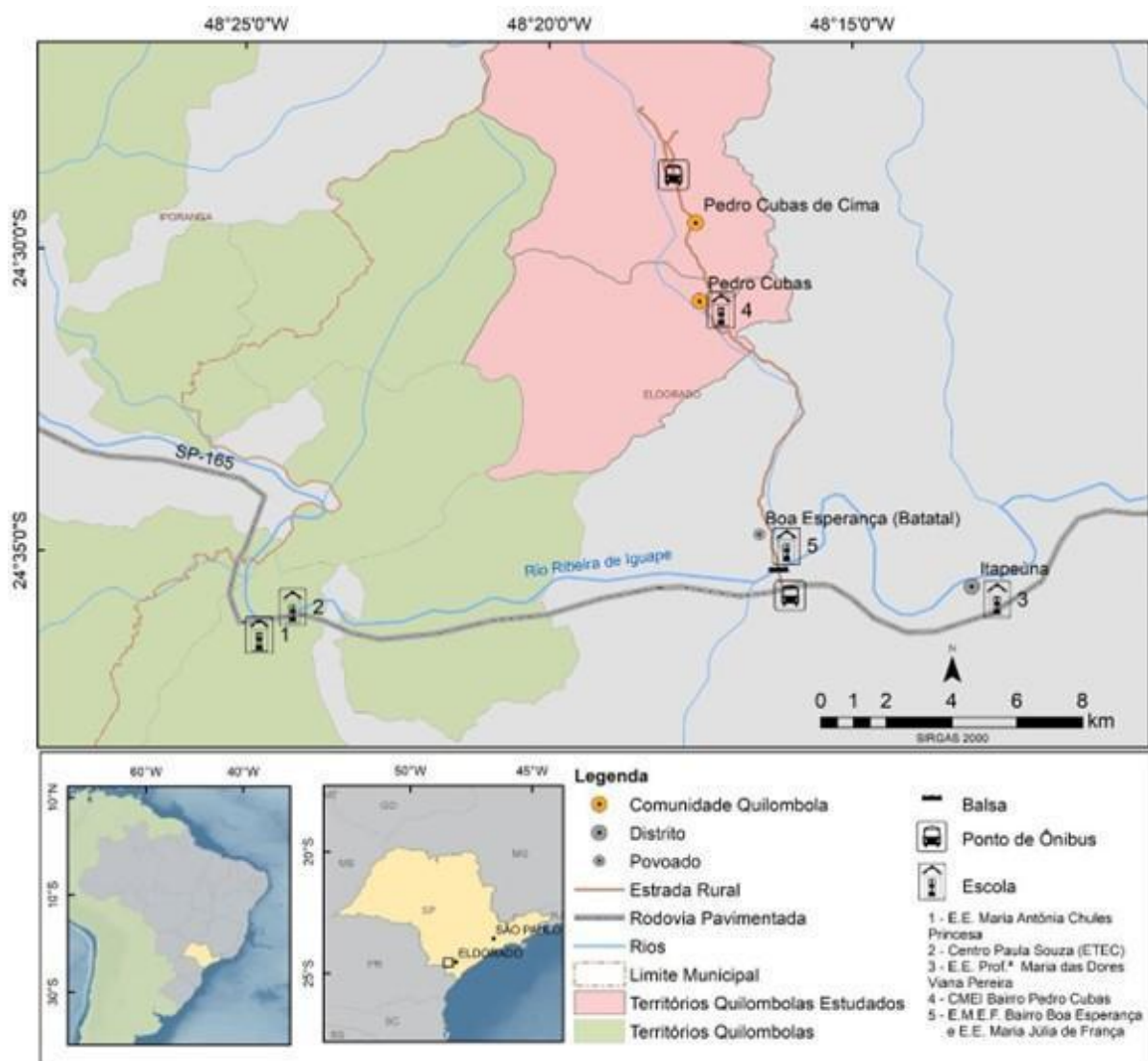
Mais posteriormente, no século XIX com o ciclo do arroz, foi se instalando um grande centro econômico, político e religioso na cidade de Iguape, através de um contingente de escravos que desembarcaram no porto (OLEGÁRIO & PRADO, 2022). Neste meio tempo, formou-se as demais 66 comunidades e 21 delas reconhecidas pelo ITESP seguindo a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape. Vale lembrar que essas comunidades sempre estiveram em concomitância com o ciclo econômico da época, realizando suas próprias trocas de sementes, alimentando a produção e economia local (OLIVEIRA JÚNIOR et al., 1998; CARRIL, 2017; SANTOS & TATTO 2008). Durante o povoamento que se estendeu nos próximos anos, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por importantes ciclos produtivos e de grande escala, como o palmito (*Euterpe edulis*), posteriormente da banana (*Musa sp*) (ciclo que porventura fez a região do Vale do Ribeira ser conhecida pelo maior produtor de banana do Brasil) e por fim no da pupunha (*Bactris gasipaes*), que segue até os dias vigentes (PAIVA, 1993; ADAMS et al., 2013; PRADO et al, 2022).

As comunidades estudadas nesta dissertação, por fim, se denominam como Pedro Cubas e Pedro Cubas de cima (Figura 5), pertencentes ao município de Eldorado. A oficialização das comunidades como remanescentes de quilombo pelo ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) ocorreu em 1998 e, apesar de terem seu processo de povoamento semelhante, a intitulação foi feita de maneira distinta. Segundo relato de uma das lideranças



das comunidades e também da própria literatura, há cerca de 7.000 hectares a serem demarcados legalmente como parte das comunidades (SANTOS & TATTO, 2008). Com características de formação e proximidades geográficas, já foram consideradas uma só comunidade, mas tornaram-se independentes através do processo de titulação local pelo ITESP. Localizadas de maneira precisa no quilômetro 12 da estrada sentido Iporanga, sendo acessada através de balsa manual no próprio rio que abastece a região (Figuras 5 e 6) (STUCCHI et al., 2000). A literatura traz dados populacionais das duas comunidades em conjunto, com extensão territorial em 3.806,23 hectares. Cerca de 7 mil hectares além das terras que foram contempladas pertenceriam à região, mas não fazem parte da demarcação oficial do ITESP (SANTOS & TATTO, 2008).

**Figura 5 -** Mapa Região abrangente de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.



Fonte: BARBOSA (2020).

A população local é de aproximadamente 60 famílias (222 pessoas) (ISA, 2017), composta principalmente por agricultores e por aqueles que possuem renda com auxílio do governo ou mesmo aposentadoria (a população é, em sua maioria, composta por adultos e idosos) (SANTOS & TATTO, 2008; OLEGÁRIO & PRADO, 2022). Cerca de 10% da população das duas comunidades são maiores de 60 anos, e cerca da metade é composta por crianças e jovens de até 15 anos (ISA, 2017).

**Figura 6** - Balsa de acesso às comunidades, que atravessa o Rio Ribeira de Iguape.



Fotografia por: SCHLINDWEIN (2021).

As comunidades no decorrer das décadas foram passando de trilhas entre as matas fechadas para estradas de terras, casas mais próximas entre as outras e acesso a cidade e a serviços públicos. Pedro Cubas se disponibilizou em formato de vila e contém serviços que atendem ambas comunidades como pré escola, biblioteca, posto de saúde com atendimentos quinzenais e, mais recentemente, acesso à internet (OLEGÁRIO, 2020.) Essa alteração de paisagem é trazida como um recorte cronológico entre gerações na literatura como pré vila (o que antecede a década de 1980) e pós vila (contexto atual) (Figura 5). Vale destacar que a população idosa da comunidade viveu no período anterior, tornando-se trazer entre os relatos de ambas gerações para compor os resultados do presente trabalho (PRADO, 2016).

Pedro Cubas, a primeira comunidade que se tem contato após atravessar a balsa e o bairro rural de Batatal (Figura 5 e 6), além da disponibilidade dos postos de serviço citados, a própria disponibilização das casas se assemelha a bairros: divididos por cercas e formando quarteirões (Figura 7). Pedro Cubas de Cima, apesar de possuir livre acesso aos serviços disponíveis da primeira comunidade, possui suas casas mais espaçadas (Figura 8). Alguns dos moradores permanecem o modo de vida em isolamento e a localização das casas em meio a mata, nas proximidades dos rios como no período colonial (OLEGÁRIO, 2020).

**Figura 7** - Residência de Pedro Cubas, às margens da estrada.



Fotografia por: HAIALA (2020).

Mesmo com a mudança da disposição das casas, a principal atividade extrativista local se baseia na agricultura de coivara itinerante de corte e queima (Figura 9). Esta, não somente realizadas nas comunidades estudadas mas nas 66 que totalizam o Vale do Ribeira, havendo um rico cultivo de diferentes sementes além das trocas através de uma feira tradicional da comunidade (SANTOS & TATTO, 2008; HAIALA, 2021; TAQUEDA, 2009. IANOVALI, 2015). Essa atividade é realizada nos vales de matas secundárias que abrange toda a região, além das comunidades serem de pequena escala numa vasta extensão geográfica, o que proporciona perfeitamente a realização da atividade (PEDROSO JR et al., 2008; TAQUEDA 2009; IANOVALI, 2015). Vale lembrar que a agricultura “comum” também é muito realizada pelos moradores das comunidades devido ao incentivo e licenças



do governo e apoio financeiro, estando dispostas nos quintais de suas casas ou em terrenos ao lado (IANOVALI, 2015). A agricultura como um todo se torna, portanto, um símbolo de identificação cultural para estas comunidades (PRADO & MURRIETA, 2018; ADAMS et al., 2013).

A pesca também se faz presente nas atividades extrativistas juntamente com a coivara itinerante e a caça (PRADO et al., 2020), totalizando uma complexa rede de atividades que envolvem a Mata Atlântica como um todo. Os 470 quilômetros percorridos do Rio Ribeira de Iguape que abastece todo o Vale do Ribeira juntamente com seus afluentes é utilizado para a realização da pesca (no que se diz respeito à economia) e outras atividades domésticas. Este fato torna o rio Ribeira de grande relevância econômica, cultural e de subsistência (PRADO et al., 2022). As outras atividades extrativistas, mesmo sendo sendo realizadas por uma maioria, é apenas para subsistência e não há ligação econômica entre elas (PRADO, 2020).

**Figura 8** - Morador da comunidade de Pedro Cubas e sua residência em meio a mata.



Fotografia por: HAIALA (2019).

A busca e obtenção do alimento principalmente realizadas em bandos acompanha a evolução dos seres de maneira ancestral e semelhante a diversos mamíferos de grande porte, inclusive o ser humano (SCHLINDWEIN, 2009; ROOSEVELT et al., 1991). O relato da presença dos seres humanos primeiramente no continente Africano circulando em pequenas

populações e formando pequenos grupos de caça, comprovam a atividade acompanhando a nossa evolução, seja na nutrição, na vestimenta e na medicina. Durante nossa expansão populacional e geográfica para todos os continentes do mundo, foi-se alterando as formas de captação e uso de recursos naturais conforme as adaptações fisiológicas do *Homo sapiens* (SCHLINDWEIN, 2017; SCHLINDWEIN, 2021). A formação das civilizações humanas trás o descontrole desse uso, fazendo com que o consumo dos recursos seja maior do que a capacidade de recuperação deles, trazendo o desequilíbrio ambiental. A caça esportiva e recreativa é um exemplo do mau uso dos recursos para fins econômicos, sem conscientização dos impactos da biodiversidade.

**Figura 9** - Morador de Pedro Cubas em roça aos fundos de seu quintal.



Fotografia por: HAIALA (2019).

#### *2.4 Objeto de estudo: a caça e elementos da pesca*

A caça é uma atividade que acompanha o ser humano por toda a sua evolução. Desde as primeiras comunidades no continente africano, a busca pela obtenção do alimento fez com que a espécie humana se deslocasse para diferentes climas, solos e relevos e entrando em contato com as mais variadas espécies. Concomitantemente com essa expansão territorial, diferentes utensílios foram aprimorados juntamente com as técnicas de caça e captura que

fizeram da atividade cada vez mais presente para a nutrição. Formas de preparo e armazenamento do alimento facilitaram que a carne fosse uma forte fonte de proteína na dieta humana, as peles se tornaram vestimenta e gorduras e vísceras se tornaram parte da medicina natural. (SCHLINDWEIN, 2017).

Hoje, a globalização e a incessante busca pelo crescimento econômico que explora cada vez mais os recursos naturais, trouxe transformações de cunho cultural à caça e seus propósitos. Esta, juntamente com a pesca, passou a ser realizada não só para alimentação e medicina, mas também para a venda de carnes nobres (de espécies exóticas) e ao fomento ao mercado de peles, além de serem consideradas como um esporte e atividade recreativa para as pessoas que as realizam. Os animais passaram a ser objetos de coleção principalmente entre a elite europeia e norte-americana (e por nações influenciadas por ela). Este acontecimento tirou o espaço da caça tradicional realizada por quilombolas, indígenas e outros povos, que envolvia cultura, conhecimento e respeito entre espécies humanas e não humanas, além de serem de menor impacto ambiental e ser voltado à soberania alimentar dessas comunidades.

A literatura científica voltada à conservação traz diferentes conceitos de sustentabilidade na tentativa de definir as atividades tradicionais como de menor impacto ambiental. Um exemplo disso é a própria caça tradicional, por ter o intuito de subsistência, cultura e saberes e não lazer e esporte. A prática, além de ser de menor porte (para consumo próprio e familiar), traz consigo vivências ecológicas, ontologias implícitas na cultura dessas populações, que vão muito além do saciar da fome (OLIVEIRA 2011; PEZZUTI *et al.*, 2018). A caça, neste contexto, também é trazida na literatura como caça artesanal, onde inconscientemente a subsistência através dessa atividade faz com que conhecimentos e especificidades tradicionais sejam o principal diferencial da caça e pesca esportiva. Esta atividade hoje é assegurada por lei (SOUZA, 2004).

A caça e as diferentes ameaças à biodiversidade que a envolvem no cenário atual possui maus olhares diante da sociedade ocidental. Esta, juntamente com o mito da “Natureza Intocável” não considera que seja possível de fato ter baixo impacto ambiental e voltada para a subsistência. Há uma dificuldade ao olhar para esta atividade como parte da evolução do ser humano e esta se fazer presente na atualidade, sem que houvesse cunho exploratório. Ao pensar na conservação de espécies, o mesmo ponto de partida não poderia ser diferente (DIEGUES, 1998; DIEGUES, 2000).

Como citado anteriormente, o Vale do Ribeira possui a roça de coivara como principal atividade de subsistência, mesmo assim, alguns moradores se fazem ativos na práxis da caça. Aqueles que não realizam a atividade, se dividem em três grupos: os mais velhos, que realizavam a atividade no período pré vila e hoje não realizam mais; jovens e adultos que nunca realizaram a atividade, tendo maior influência do contexto pós vila; e aqueles que nunca realizaram, mas conhecem a atividade por relatos de familiares. O caso da convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), de 1973 acabou dificultando as comunidades tradicionais de realizarem a atividade sem impasses, enrijecendo leis como a Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967) (PEZZUTI et al., 2018). Por outro lado, trabalhos como este presente buscam agregar ao olhar conservacionista às comunidades tradicionais como perspectiva primordial na elaboração de projetos de restauração (FIGUEIREDO, 2016; PRADO et al., 2022).

### *2.5 Uma provocação para o futuro: a domesticação em meio a caça.*

As interações humanas sobre as outras espécies de fauna e flora causam impactos e alterações de menor ou maior grau no ecossistema. Conforme já citado nesta revisão, o desenvolvimento humano como um todo traz a procura de novas formas de cultivo e captação de recursos (PRIMACK, 1998). Atualmente, atividades de interesse econômico como a criação e tráfico de espécies exóticas e domésticas, a caça ou o atropelamento em estradas e rodovias são exemplos dos que mais preocupam os conservacionistas (FELICIANO, 2022). Estas interações humanas e não humanas, por se estabelecerem no ambiente e estabelecerem uma relação de cuidados, sem predação e definindo então a domesticação. Os animais mais comuns são: porcos (*Sus scrofa domesticus*), vacas (*Bos taurus*), galinhas (*Gallus gallus domesticus*), cães (*Canis lupus familiaris*) e gatos (*Felis catus*). (FELICIANO, 2022; BRANDÃO et al., 2019). A domesticação de espécies em ambientes de livre acesso à interações com silvestres podem causar diversos impactos como: transmissão de doenças, sobrepastejo, predação e até mesmo disputa por território. Essas interações interespecies podem prejudicar a cadeia alimentar da biodiversidade local (PRIMACK, 1998; FELICIANO, 2022).

Em meio as espécies citadas, os cães e gatos estão à frente das interações com os humanos. Domesticados há mais de 30 mil anos, acompanharam os seres humanos durante o

povoamento dos continentes e segue hoje tanto no ambiente rural quanto no urbano (HARAWAY, 2021; FELICIANO, 2022). No Vale do Ribeira este contexto não é diferente: alguns dos moradores que realizam a atividade da caça contam com a companhia de cães como complemento à atividade. Estes, são treinados de acordo com suas características fisiológicas para predação de diferentes espécies de pequeno e médio porte (PRADO et al., 2022). Para os cães que não caçam, ainda ficam dispostos nos arredores das casas, soltos ou presos para manter a segurança dos moradores (HARAWAY, 2021).

A domesticação de animais exóticos ocorre (como dito acima), porém, espécies silvestres passam pelo mesmo processo principalmente em comunidades tradicionais da Amazônia e Mata Atlântica, como trás a literatura, por diferentes justificativas (PRADO et al., 2022). Estes relatos são pincelados nos resultados deste trabalho para engatilhar uma futura continuação para este projeto, além de linkar as essas relações e seus impactos e como são considerados nos projetos de manejo de fauna (HARAWAY, 2021; PEZZUTI et al., 2018).

### **3. OBJETIVOS**

#### *3.1 Objetivos gerais*

A presente Dissertação de Mestrado centraliza seu objetivo em analisar, através das narrativas dos moradores das comunidades remanescentes de quilombo Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima (Vale do Ribeira - SP), os relatos sobre a atividade tradicional da caça e os conhecimentos implícitos da prática que possam contribuir para planos de manejo de conservação da fauna da Mata Atlântica local.

#### *3.2 Objetivos específicos*

- Descrever as etapas e processos envolvidos na práxis da caça no contexto pré e pós vila, através das falas dos moradores locais;
- Analisar frases geradoras que vão de encontro com o conhecimento tradicional e científico, relevantes para a conservação de fauna;
- Levantar as espécies citadas da Mata Atlântica em que se insere o trabalho;
- Pincelar a temática do papel de animais domésticos como espécies companheiras em diferentes atividades do cotidiano.

## 4. METODOLOGIA

### *4.1 Coleta e análise de dados*

O cenário pandêmico COVID-19 levou a necessidade de adaptabilidade das saídas de campo para a realização desta pesquisa. A duração passou a ser de 10 a 15 dias e os cuidados para que as visitas ocorressem apenas em áreas abertas, de máscara e principalmente com a primeira dose da vacina foram imprescindíveis para garantir a saúde de todos os envolvidos. Não houve estadia dentro das comunidades e as saídas ocorriam pela manhã e finalizavam no final da tarde.

Por se tratar de um trabalho de abordagem etnográfica, utilizou-se o mesmo método de captação de dados do primeiro trabalho com as comunidades em 2019, as entrevistas semi estruturadas (OLEGÁRIO, 2020; OLEGÁRIO & PRADO, 2022; SILVA, PASSOS 2017). Este formato, apesar de direcionar o assunto das conversas, permite uma livre dança de relatos que saem e retomam a temática principal. O objetivo de não entroncar as entrevistas é deixar o entrevistado à vontade e capaz de resgatar histórias sobre diferentes períodos das comunidades. Os materiais utilizados para registrar as entrevistas eram gravadores e cadernos de campo. Frases geradoras, observações e rascunhos foram registrados em forma de diário durante as conversas e entre as visitas, para que os impactos dos dados se perdessem. Vale lembrar que as anotações e gravações eram realizadas a medida em que era criado um ambiente confortável para o entrevistado, sempre reforçando o aceite para que se registrasse as conversas. Porém, nem sempre era necessário as gravações, pois o ambiente fluido e a conexão com a temática eram imprescindíveis para a riqueza da narrativa.

A abordagem da fenomenologia levantada por MASO (2001) encaixa nesta dissertação por se tratar da relação e vivência do indivíduo com a atividade da caça e também com o contexto (meio) em que estão inseridos, em diferentes contextos e espaços de tempo (INGOLD, 2000). Juntamente com os registros orais e escritos, a observação participativa também foi uma metodologia utilizada enquanto se realizavam as entrevistas (BERNARD, 2006). Muitos dos moradores não param as suas atividades durante as entrevistas, o que torna o ambiente descontraído e propício para presenciar aplicações do conhecimento tradicional implícito no cotidiano quilombola.

Com esses aspectos apontados, conclui-se que a natureza deste trabalho é qualitativa-antropológica (BERNARD, 2006 SEVERINO, 2007), pois permeia a realidade dos entrevistados e toda sua cultura, memória social, epistemologias e ontologias enraizadas além das interações ecológicas a partir de uma perspectiva distinta da usual academia. As epistemologias aqui são tratadas assim como PRADO et al. (2022) e OLEGÁRIO & PRADO



(2022), como uma maneira de se acessar a lógica através de diferentes conhecimentos e culturas.

A história oral define-se pela técnica de registros no presente através de gravadores, o que permite registros da espontaneidade a partir de vínculos estabelecidos com o grupo de pessoas que se deseja entrevistar. É permitir que o que é registrado gere um resultado a retornar aquele grupo que compartilhou a informação (MEIHY, 2010). Este fato, casa com a demanda trazida pelas lideranças das comunidades em trabalhos voltados a seu povo. A etnoecologia permite que registros espontâneos sejam dados concretos para a realização deste trabalho, desde que se tenha em mente que esses registros sejam de um dado período, de uma dada especificidade de conjunto de moradores. Estes, por familiaridade e semelhanças de rotina fazem com que os próprios moradores se indiquem para completar um assunto abordado. Essa técnica é conhecida como “Snowball” ou bola de neve (Figura 10)(BIERNACKI, WALDORF, 1981; VELASCO & DIAZ, 1997).

**Figura 10** - Moradora de Pedro Cubas de Cima, levando as pesquisadoras até a casa de outro morador para uma nova entrevista.



Fotografia por: HAIALA (2019).

As entrevistas serão abordadas de duas maneiras durante este trabalho: em forma de narrativa, de maneira onde os indivíduos se completam cronologicamente em volta práxis abordada e citadas em aspas durante o texto, sem alterações na frase dita. Ao se tratar dos

entrevistados, não houve recorte de gênero, uma vez que percebeu-se papéis semelhantes e complementares durante as narrativas de homens e mulheres. Por já se ter um histórico de pelo menos três anos nas comunidades, não foi necessário uma seleção dos participantes das entrevistas, mas àqueles que já possuem uma certa proximidade e conforto para falar sobre a temática da caça. Estes têm em comum a vivência no período pré vila, pois apesar de estarem dentro de uma larga faixa etária, todos tem a percepção da diferença entre as gerações. Por último, não há só um grupo faunístico predominante neste trabalho, foram citados livremente diferentes grupos de animais justamente para que se dançasse entre a biodiversidade do fragmento local.

Um total de doze moradores se fizeram participantes das entrevistas, sendo seis moradores residentes da comunidade de Pedro Cubas e mais seis moradores da comunidade de Pedro Cubas de Cima. Essa técnica de número reduzido de participantes é apresentada pela história oral, onde uma nova perspectiva é trazida diante de um grande contexto e onde a individualidade torna-se algo grandioso (MEIHY, 2010). Os nomes fictícios a fim de proteger a identidade dos moradores dos dados sensíveis contidos neste trabalho foram de preferência da autora. Portanto *Zeca, João, Tiriri, Luiz, Tião e Maria* pertencem à comunidade de Pedro Cubas de Cima, enquanto *Bento, José, Catarina, Iasmin, Diogo e Sara* pertencem à comunidade de baixo, Pedro Cubas.

A ecologia humana é uma extensão das análises das relações do ser humano com a natureza à fauna, ao indivíduo não-humano (BOMFIM, 2016; SILVA & BOMFIM, 2019). Como forma consciente de respeito e inconsciente de sustentabilidade, as atividades aqui listadas trazem muito mais do que um conhecimento ecológico local, mas também de conservação e vivência do indivíduo quilombola. As dimensões aqui trazidas sobre individualidade e comunidade, espaço e existência é trazida através dos próprios saberes tradicionais (SILVA & BOMFIM, 2019). As metodologias que formam o cunho deste trabalho valorizam tais epistemologias dos povos tradicionais como grande contribuição à conservação da fauna de onde se inserem e resistem juntamente com a comunidade científica (MIRA, AMÂNCIO & ANDRADE, 2016).

#### *4.2 Licenças do projeto e saídas de campo*

O trabalho foi realizado mediante assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por seus representantes legais. A pesquisa também foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos. A primeira saída de campo ocorreu no período de 29 de setembro a 12 de outubro de 2021, onde



foi possível contar com uma auxiliar de campo, Idelmara Tinoco, atual doutoranda em Ecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para auxiliar nas entrevistas e na construção do ambiente seguro para as coletas de dados. Cada dia em campo durava em média 6 horas, dependendo do tempo de deslocamento, disponibilidade da balsa (Figura 7) para acessar a comunidade e também da disponibilidade dos moradores em serem entrevistados. A segunda saída, portanto, foi de 10 a 23 de janeiro de 2022, para que mais alguns dados fossem captados e se fechassem as entrevistas. É importante ressaltar que ambas as saídas a campo tinham todas as medidas de proteção contra a COVID-19, além da aplicação da primeira dose da vacina liberada pela Anvisa logo na primeira saída de campo. Os custos da pesquisa ficaram por parte do projeto FAPESP (2016/04680-4) do coordenador do trabalho, Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como citado anteriormente, os resultados foram trazidos em forma de narrativa, unindo os relatos dos diferentes participantes a fim do leitor mergulhar na práxis da caça. Frases geradoras, histórias e vivências de muito valor cultural, afetivo e histórico para contextualizar os dados coletados neste trabalho serão abordados (MEIHY, 2010). Os moradores foram divididos em três categorias: os que caçam atualmente; os que deixaram de realizar a atividade e aqueles que nunca tiveram contato pessoalmente. Mesmo assim, todos os entrevistados tem consciência sobre a atividade, principalmente por relatos dos mais velhos e de seus antepassados.

Ao que é trazido nas narrativas, aqueles que se aproximam mais do modo de vida semelhante ao pré vila em relação a seus costumes, atividades e conhecimentos tendem a realizar a atividade da caça. O menor contato com a vila e o contexto urbano permite a atividade no cotidiano (PRADO & MURRIETA, 2015). Por não optarem pelo consumo apenas de alimentos industrializados, utilizam da roça, caça e a pesca para subsistência. Por terem vivenciado o período que antecede as facilidades e ao acesso ao contexto urbano, trata-se de pessoas adultas e idosas. Os moradores que viveram certos períodos de suas vidas em contato e em áreas urbanas e as gerações jovens perderam ou nunca tiveram o costume de realizar atividades tradicionais, o que inclui a caça, a pesca e a roça de coivara (CARRIL, 2002). No tempo dos antigos, ou durante a pré-vila, era mais comum a atividade da caça. O consenso desse fato entre os moradores fez com que os relatos fossem voltados à década de 1970. Nove dos doze participantes dessa narrativa realizam ou já realizaram a atividade.

Mesmo assim, aqueles que não tiveram a experiência pessoal, capazes de relatar através da herança cultural e familiar.

Os relatos sobre a caça são contados de geração em geração, e por ser uma atividade ainda realizada por alguns moradores, e pela pequenez das comunidades todos se conhecem ou já ouviram falar, é mais fácil da atividade se manter vívida, ao menos através da história oral até a atualidade (MEIHY, 2010).

**Tabela 1** - amostral de quantidade, faixa etária e gênero das pessoas que realizam a atividade da caça. (M= mulher; H= homem).

	<b>Número de pessoas</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Gênero</b>
<b>Caçam</b>	2	29 a 75	2H
<b>Não caçam atualmente</b>	7	45 a 78	2M/5H
<b>Nunca caçaram</b>	3	45 a 79	2M/1H

### *5.1 A caça: captura, preparo e consumo*

Neste capítulo, apresentamos os resultados e discussões obtidos a partir das entrevistas realizadas com os moradores das comunidades PC e PCC sobre suas práticas de caça e os conhecimentos tradicionais associados a essa atividade. Inicialmente, abordamos a percepção geral da caça no senso comum ocidental e as perspectivas dos moradores e professores das escolas locais em relação a essa prática. A análise revelou que a caça não é vista com bons olhos no senso comum ocidental devido às perspectivas estreitas e à invisibilidade das comunidades tradicionais. Os próprios professores não-quilombolas das escolas locais relataram não incentivar a atividade, alegando preocupações com a conservação da biodiversidade local. Além disso, líderes das comunidades mencionaram que as pressões externas influenciaram sua postura em relação à caça. Essa percepção contraditória entre a valorização das práticas tradicionais e as pressões externas para desencorajar a caça foram observadas em diversos depoimentos (SILVA & BOMFIM, 2019; OLEGÁRIO, 2020; OLEGÁRIO & PRADO, 2022).

Dentre os relatos dos moradores sobre a prática da caça, um elemento recorrente foi a importância dos conhecimentos específicos para o sucesso da atividade. Os entrevistados destacaram a relevância de fatores como rastros, utensílios, localização geográfica, fases da

lua e estações do ano para o êxito da caça. A identificação e diferenciação dos rastros em diferentes partes da mata foram ressaltadas como cruciais para a compreensão dos padrões estruturais da paisagem e a presença de espécies na região (SPÍNOLA, 2008; PRADO et al., 2014; PRADO et al., 2022).

A colaboração e o companheirismo nas atividades de caça emergiram como temas centrais nas narrativas dos moradores. Os relatos destacaram a participação conjunta de membros da comunidade, seja em caçadas individuais ou em mutirões. A distribuição de tarefas, a união entre famílias e a organização das atividades foram mencionadas como aspectos importantes para o sucesso das empreitadas de caça. Ademais, o papel das mulheres nas atividades de caça, seja cuidando dos afazeres domésticos durante a caçada ou participando ativamente em mutirões, evidenciou a dinâmica de gênero nessas práticas (PRADO et al., 2022).

Maria trás relatos onde homens e mulheres realizavam um rodízio de funções a se exercer: quem ia para a mata, quem cozinhava, quem cuidava das crianças. Quinzenalmente, um grupo de pessoas iam para as matas e através dos rastros e pegadas deixadas nas matas era possível encontrar os animais. Os mesmos, eram atraídos para as margens dos rios onde as mulheres, com suas armas de fogo, realizavam o disparo. Quando retornavam para a casa de um dos participantes dos mutirões, a carne era distribuída para todos. Para que se rendesse a atividade, os participantes optavam por ir atrás de grandes mamíferos como veados (pertencentes à família *Cervidae*) e pacas (*Cuniculus Paca*).

A análise das entrevistas também permitiu observar mudanças temporais nas práticas de caça e na participação das crianças. Anteriormente à construção de estradas e ao acesso ao transporte público, era mais comum que as crianças acompanhassem seus pais na mata, aprendendo por meio da observação participativa. Entretanto, com o aumento da frequência escolar e a mudança nos padrões de transporte, as crianças foram gradualmente afastadas das atividades tradicionais (OLEGÁRIO, 2020). Apesar disso, as crianças não participavam das atividades, mas através da observação participativa aprendiam sobre as abordagens utilizadas por seus pais e outros adultos que acompanhavam. Hoje, entende-se que com a construção das estradas e o acesso ao transporte público, foi possível que mais crianças e jovens frequentassem as escolas das proximidades das comunidades, às distanciando de acompanhar seus pais no dia a dia das práxis tradicionais em meio a mata. Maria, uma das primeiras entrevistadas, relembra momentos em que sua mãe a levava com ela para caçar durante a sua infância. Com um pedaço de trapo estendido na mata, no canto de um arbusto, deitava-se

sobre ele para brincar e cochilar enquanto sua mãe, próxima, participava dos mutirões de caça.

*“As mulheres também iam, ficavam às margens dos rios e se comunicavam por assobios quando o animal tava vindo. A gente atraía eles sempre para os rios, onde era mais visível e mais fácil de abater.”*

*Maria*

Outro aspecto significativo diz respeito às mudanças nas espécies caçadas ao longo do tempo. Os moradores indicaram que, devido à escassez de grandes mamíferos como veados e pacas, as atividades de caça passaram a focar em espécies menores. Essa mudança nas espécies alvo foi atribuída a fatores ambientais, como a diminuição das populações de grandes mamíferos nos vales da Mata Atlântica. A relevância das estratégias de caça em duplas, a escolha de locais estratégicos e a consideração de fatores que poderiam afugentar os animais da ceva foram enfatizadas como práticas importantes para o sucesso da caça (PRADO et al., 2022).

A percepção sobre a proibição da caça e a pressão externa sobre as comunidades também emergiu como um tema central. Os moradores relataram a proibição da caça por parte de órgãos de fiscalização, mesmo quando embasada em leis de proteção aos povos tradicionais. Essa desconexão entre os órgãos de fiscalização e a realidade das comunidades quilombolas foi apontada como um desafio e como um reflexo do desconhecimento das particularidades dessas populações (SILVA & BOMFIM, 2019; PRADO & MURRIETA, 2018).

Diogo é um exemplo de morador que não realiza mais a atividade, tendo poucas experiências mas lembra de maneira acentuada as vivências. Durante sua juventude aprendeu a caçar juntamente com o seu pai, porém, pela necessidade de ir trabalhar não teve mais tempo para se dedicar a atividade, relata que sente falta. Este, por viver o fim do período pré-vila teve pouco contato com a atividade, porém a necessidade de trabalhar fora da comunidade o afastou de vivenciar atualmente a atividade (PRADO & MURRIETA, 2018). Conta, imitando o som do disparo da arma quando caçou pela primeira vez. Logo em seguida relatou que portar armas sempre foi uma dificuldade entre os moradores, devido a fiscalização local. Diogo e alguns outros moradores falam o quanto necessitam provar que são moradores,

que os animais que caçam são para consumo próprio. Mesmo assegurados por lei, a caça torna-se um desafio. Nesse trecho, percebe-se o senso comum ocidental entre os órgãos de fiscalização que não consideram aspectos diminutos em relação a povos inseridos dentro das UC's (FIGUEIREDO, 2016; SILVA & BOMFIM, 2019). Maria, em uma de suas falas, traz de maneira incisiva a proibição da caça entre os moradores por pressão externa à comunidade. A própria escola da região (OLEGÁRIO, 2020), desmotiva os alunos através de dados sobre a caça e os impactos para a conservação da fauna.

José, por exemplo, traz outro empecilho para não caçar mais: devido à idade e suas enfermidades, trabalha hoje apenas com sua roça com o auxílio de sua esposa Catarina e seu filho. Porém, os relatos de cerca de quatro anos quando era ativo fala sobre a caça em família, ou pela união de quatro a 5 homens. Cada um possuía sua espingarda e também contavam com a presença de cães domésticos para farejar e os acompanhar pela mata. Aqui se inicia as interessantes relações de companheirismo e coevolução entre canídeos e humanos, que serão discutidos nos próximos tópicos (PRADO et al., 2022; FELICIANO, 2022).

Seu José traz, em dias de sorte durante a caça individual onde caçava um mamífero de grande porte, as estratégias utilizadas para transportar o animal até sua casa. O animal era cortado em partes (membros, tronco e cabeça) e suas vísceras eram deixadas na mata. Conta ainda, que para que não houvesse desperdício, a caça também era oferecida aos cães domésticos, como recompensa pelo auxílio a caça e a proteção as casas (HARAWAY, 2016). O transporte de animais de grande porte, quando não era feito o corte prévio na mata, poderia ser através de uma espécie de mochila, amarrando as patas traseiras e dianteiras do animal para trazerem nas costas.

Mesmo que não seja comum a atividade entre todos os entrevistados selecionados, todos comentaram sobre o “período de caça”. Trata-se da época de entre maio e julho, período entre outono e inverno. Além disso, trazem em si algumas “regras” para que sempre tenha animais na mata, respeitando épocas de criação de certas espécies, não caçando filhotes ou fêmeas acompanhada de suas crias. Os relatos coincidentes a outros trabalhos na comunidade, também trazem comparativos sobre épocas de reprodução de algumas espécies citadas (PRADO et al., 2022). Seu João, por exemplo, aprendeu a caçar com seu pai durante o período do inverno, pois os animais possuem maiores concentrações de gordura e estão menos ativos. As aves que costuma caçar mesmo que em baixa frequência são: tucano (família *Ramphastidae*), macuco (*Tinamus solitarius*) (menos gordura mas muita carne), e ovos

quando encontra alguns ninhos abandonados, checando os contrapondo a luz para ver se não está chocando.

Tiriri, um pouco mais jovem, tem a prática da caça e pesca muito vívida em seu cotidiano. Os mamíferos de grande porte que eram caçados eram doados para seu pai ou vende para alguns moradores da vila, ou mesmo troca por outros mantimentos que está precisando. Uma das espécies mais caçadas por Tiriri é o gambá (*Didelphis aurita*), chamada por ele de raposa. Comentou sobre os perigos de comer o que chamava de “caatinga” dessa espécie (estrutura no dorso que tem mau cheiro) (EPLING, 1956), pois o cheiro é um grande atrativo para cães de caça, podendo sofrer ataques por esses animais domésticos (PRADO et al., 2022).

A memória refrescada de Bento com uma boa caneca de café sentado em um toco de madeira no quintal de sua casa, traz que não caça há mais de 40 anos, mas lembra como se fosse ontem. Por ser muito ativo dentro e fora da comunidade, está sempre em contato com órgãos ambientais que reforçam a ideia da proibição total da caça. A falta de visão dessas instituições responsáveis pela permanência dessas comunidades, segundo a fala, muitas vezes não tem a perspectiva realmente íntima e empática com esta realidade (SILVA & BOMFIM, 2019). Sem esta compreensão, os planos de conservação e manejo aparentam não atuar em sua mais alta eficiência. Com pesar, trás que muitas espécies não são mais vistas nas comunidades, e o que era comum ver cruzando a estrada ora ou outra, uma passada em um morro não tão distante hoje não se encontra mais.

*“Hoje em dia num se vê mais veado, paca cruzando a estrada. Antes a gente tinha medo de cruzar com uma, hoje em dia nem querendo elas aparecem. A onça então, nem se fala.”*  
Bento

Na época em que realizava a atividade, comentou ser obrigatório uma autorização para caçar. Uma “carteirinha” onde era necessário se regularizar anualmente, para que não tivesse problemas com nenhum órgão ambiental. Bento trás que havia e ainda há a presença de fazendeiros não-quilombolas nas duas comunidades, já vistos caçando com cães de caça. Sua maior chateação não é a caça, mas sim a falta de empatia com os moradores, pois eram muitas presas e não era dividida com os moradores, tampouco tinha certeza se era mesmo para se alimentar. O ISA em suas colocações trás a ocupação dessas populações em meio a

biomas como a Mata Atlântica como corredores ecológicos, como praticantes do manejo da fauna e flora sem que haja o validado conhecimento acadêmico. Estas, ao permanecerem não desmatam porcentagem impactantes de território, como fazem fazendeiros, mineradores e agricultores (FIGUEIREDO, 2016; SANTILLI, 2005). Porém, o costume agora é outro. Correr até o mercado da vila ou ir até a cidade em um dos seus compromissos é o normal para consumir proteína. Seu Bento ainda trás que ele e sua esposa Iasmin raramente consomem carne vermelha.

*“Muitas crianças passam fome na comunidade, eles passavam na frente das nossas casas e não nos dava nem as sobras.”*

*Bento*

*“De vez em quando meu filho traz uns Lambari que pegou do Rio Pedro Cuba, fora isso, a gente pega frango no mercado mesmo. Carne vermelha tá cara.”*

*Bento*

As entrevistas com os moradores das comunidades PC e PCC revelaram uma complexa rede de conhecimentos, práticas e valores associados à caça. As mudanças ao longo do tempo nas espécies caçadas, as dinâmicas de gênero nas atividades de caça, as pressões externas sobre as comunidades e a relação entre as práticas de caça e a medicina tradicional são aspectos fundamentais dessa realidade. As narrativas dos moradores oferecem insights valiosos para compreender a interação entre as comunidades tradicionais, o ambiente e suas práticas cotidianas, contribuindo para a valorização e conservação desses saberes.

Zé identificava animais doentes através da coloração do fígado, caso estivesse amarelo não consumia nem mesmo a carne. Trás que, tirando doenças cutâneas, não há como identificar a saúde do indivíduo. Em algumas espécies, durante a limpeza para consumo, estruturas eram retiradas para que fosse possível consumir, como uma “bola no fígado” do porco, cará (acumulado de semente de juçara) no bucho do veado, cateto, porco do mato, e em alguns casos de vezes anta (PRADO et al., 2022). Neste trecho, o conhecimento tradicional e a práxis da caça é trazido como contribuição para levantamentos de histórico de doenças nas comunidades e consciência das prevenções de parasitoides presentes na carne, ao avaliar a viabilidade de consumo e também durante o seu preparo (CAMPOS 2002; PEZZUTI et al., 2018).

*“Quando o bicho tá magro a gente não mata. Mas dificilmente os animais daqui são doentes.”*

*Iasmin*

Além das práticas de caça em si, os moradores compartilharam conhecimentos sobre o preparo e o consumo dos animais caçados. O uso das banhas dos animais para fins medicinais foi um aspecto notável. Diversos entrevistados mencionaram o uso de banhas de diferentes espécies para tratar enfermidades como dores musculares, feridas e outras condições de saúde. Essa prática de medicina tradicional demonstra a conexão profunda entre os conhecimentos e práticas de caça e a saúde das comunidades (DE ALBUQUERQUE, 2002; PRADO et al., 2022).

Tanto Iasmin quanto Maria explicam que para retirar os pelos de pequenos e grandes mamíferos era feita uma raspagem com facão e água quente, posteriormente era retirado o couro e as vísceras. Por último ocorria a divisão entre quem participou do processo da caça. A carne era escaldada por diversas horas e era adicionado limão previamente ao tempero, para que eliminasse bactérias e outras doenças que pudessem estar presentes na carne (CAMPOS 2002; PEZZUTI *et al.*, 2018). O tempero da carne era utilizado na própria horta dos moradores e hoje costumam comprar temperos prontos do mercado. O preparo da carne para consumo e seu armazenamento se assemelha a todos os outros moradores: uso de sal grosso e limão para limpar o animal e em alguns casos vinagre. Luiz relata que para preparar a carne, escalda depois cozinha, fritava com a própria gordura o animal. Hoje utilizam óleo, mas usavam bastante banha de porco para fritar (reservavam em latas e recipientes de vidro). As especificidades na hora de preparar a carne também era explicitado, alguns animais considerados de “carne seca”, como tatu (gênero *Cingulata*), tem que cozinhar "verde", no instante em que o animal é abatido. Iasmin também a diferença do preparo da carne comprada no mercado, onde era necessário retirar a pelagem e o couro.

*“Os mais velhos diziam que carne da caça tem que cozinhar bem cozido, o verme é duro de morrer”.*



**Figura 11** - Fogão a lenha, comumente localizado aos fundos das casas.



Fotografia por: OLEGÁRIO (2019).

A conservação dos alimentos, apesar dos contextos pré e pós vila serem diferenciados pela utilização de eletrodomésticos, é comum ver o armazenamento em latas de tinta ou outro recipiente fechado, para que moscas e outros animais não entrem em contato. Sacos de lona também eram utilizados para transportar e armazenar os alimentos. Ao questionar a respeito de indicativos de doenças nos indivíduos caçados, seu José trouxe a questão do tempo em que se demora para preparar o alimento. Quando o animal não está mais

fresco e começa a “endurecer”, é mais difícil de preparar, mas ainda é possível se alimentar. Outro indicativo é antes mesmo do abate acontecer, se o animal não está correndo, ele não está saudável. Normalmente, se o animal é encontrado morto na mata com o cará, é possível que a causa da morte seja devido a ela, pois este não consegue se alimentar e morre por desnutrição. Porém, a presença do cará no indivíduo não impede o seu consumo, sendo comparada com a úlcera dos seres humanos. Juntamente com seu João, disse sobre o cará ser utilizado como remédio, raspando e fazendo chá para mulheres grávidas até mesmo no pós parto, chamado por eles de dieta (SOUZA, 2021; SOUZA & PRADO, 2022).

Com o intuito de preservação histórica, dona Maria guarda em vidros a banha de alguns animais que eram utilizados para fins medicinais, mas relata que hoje prefere fazer uso de medicamentos industriais e esporadicamente utiliza banha de raposa para curar feridas na pele, dores de ouvido, e ingeria como uma espécie de chá no caso de gases. A banha de quati também era utilizada para alergias e feridas cutâneas. A criação de porcos domésticos costumava ser comum em PC e PCC, pois além de consumirem a carne, a banha tinha um fim estético principalmente para as mulheres (ao fazer tranças nos cabelos e até mesmo como um hidratante de pele).

Como uso medicinal, Luiz citou a banha de onça para a dor no corpo (muito forte). Para febres se tratavam com chá de banha de lagarto (*Anolis pseudotigrinus*). A segunda foi a catapora e a terceira era a valicera. A banha de animais de grande porte como onças também era utilizados para o tratamento de reumatismo e dores musculares (TROTTER E LOGAN, 1986). O uso de banhas para fins medicinais também é bastante defendido por Bento, com a frase “toda banha ajuda”. Além dela, o uso de pequenas estruturas como uma espécie de bola do ouvido de raposas (*Lycalopex vetulus*) e quatis (*Nasua nasua*) são utilizadas para dor de ouvido e garganta (DE ALBUQUERQUE, 2002). O uso de outras estruturas anatômicas de animais também é bastante trazida por Maria. A conservação das banhas é realizada em recipientes de vidro e barro ou em latas, sem prazo de validade.

José possui um pequeno bar em frente a sua casa, onde comentou que durante muito tempo servia banha de lagarto com pinga, além de ser uma alternativa para curar feridas cutâneas. Os relatos trouxeram duas curiosidades sobre enfermidades tratadas com o couro do sapo cururu (*Rhinella marina*). O primeiro trata-se da “fitosa”, uma ferida na pata de uma das vacas de sua criação, que foi tratada aplicando o couro na região. O segundo foi de um caso

de um morador da comunidade que foi diagnosticado com um tumor no cérebro, e a aplicação do couro na cabeça auxiliou na cura.

**Figura 12** - Artesanatos para venda e também para armazenar as banhas dos animais.



Fotografia por: HAIALA (2019).

Uma analogia surgiu durante as falas dos moradores. Os tratamentos alternativos que eram feitos na falta de medicamentos, como a picada de cobra, que poderia ser feito tomando água com barro de onde se tomou a picada, tomar por três dias pinga com ervas específicas e restrição alimentar (evitando peixes e crustáceos, para que o paciente não tivesse comportamentos igual de um camarão, por exemplo) as simpatias já foram encontradas em outras entrevistas nas comunidades em questão, além do uso de plantas para a medicina alternativa (DE ALBUQUERQUE, 2002; PRADO 2022). Outra alternativa era passar a banha de lagarto pura na picada ou mesmo o rabo da cobra na picada.

O uso de banhas também se assemelha aos relatos de outros moradores, porém, Zé trás que as mais utilizadas por ele eram de capivara, lagarto e gambá. Para sarar feridas cutâneas e “tirar o mal”, deve-se utilizar a banha do próprio animal que foi caçado (PRADO et al., 2022). As magias utilizadas aprendidas pelos curandeiros de outras gerações perduram

nas falas dos moradores, e, apesar de não praticarem com tanta frequência, sabem decor o passo a passo. Além da medicina alternativa, os médicos que atendem no posto de saúde da vila ensina algumas práticas rápidas para incidentes que podem ocorrer na mata, como cortes e como estancar o ferimento até que o socorro chegue. É importante trazer à tona que nem todos os animais encontrados na mata eram caçados. PRADO et al. (2022) trás esta relação de respeito e comportamento indireto de conservação. Porém, há outras relações mais próximas dos humanos e não humanos, como a domesticação (HARAWAY, 2016).

## 5.2 A pesca

No presente estudo, foram abordadas diversas facetas da relação entre as comunidades quilombolas e o ambiente aquático, com foco nas atividades de pesca e nas mudanças socioambientais ao longo do tempo. Os relatos dos moradores de Pedro Cubas de Cima, especialmente aqueles de indivíduos como Zeca e dona Maria, destacam a importância do rio na vida cotidiana dessas comunidades. A presença das populações quilombolas às margens dos rios é uma característica comum, visto que esses corpos d'água desempenham um papel vital na provisão de recursos para a alimentação e higiene (SOUZA, 2004).

*“Se a gente cuida, trata com carinho e não come tudo de uma vez eles voltam, eles sabem que aqui tem comida e é por isso que eu faço isso. Fico muito triste quando vem gente de fora (da comunidade), pegar os peixes e eu fico sem.”*

*Zeca*

No que tange à atividade da pesca, os relatos evidenciam uma relação profunda e multifacetada. Zeca, por exemplo, demonstra um nível de interação com os peixes que vai além da mera subsistência, exibindo traços de domesticação. A observação de Zeca alimentando os lambaris à margem do rio ilustra a complexidade dessa relação, em que os recursos naturais são utilizados não apenas como fonte de alimento, mas também como parte da interação cultural e social (FIGURA 13).

Dona Maria, por sua vez, compartilha suas experiências quanto à pesca sazonal e seu impacto nas dinâmicas alimentares da comunidade. O conhecimento acerca da sazonalidade da pesca é uma característica marcante das populações tradicionais, permitindo-lhes se adaptar às flutuações nos recursos naturais. Entretanto, a construção de estradas e a interrupção das trocas de cultivos tradicionais afetaram a capacidade de enfrentamento da comunidade durante as secas, ressaltando a importância da cooperação entre as comunidades



para a sobrevivência (FIGUEIREDO, 2016; SANTILLI, 2005; PEDROSO JR., et al., 2008). O cascudo (*Hypostomus affinis*) e o lambari (*Astyanax bimaculatus*) foram as espécies mais citadas por ela. Em janeiro, época mais chuvosa na região, fazia com que fosse mais comum a atividade da pesca, pois próximo as casas formavam-se córregos onde era possível pegar pequenos peixes, utilizados para fazer ensopado.

**Figura 13** - Morador da comunidade na beira do rio Pedro Cubas, onde alimenta os peixes.



Fotografia por: SCHLINDWEIN (2021).

A redução da variabilidade de espécies de peixes nos afluentes do Rio Ribeira de Iguape é uma preocupação compartilhada entre os moradores que dependem da pesca como fonte de alimento. Essa percepção encontra respaldo na academia, destacando a relevância dos conhecimentos locais para projetos de manejo e conservação das espécies (SOUZA, 2004; DIEGUES, 1998). Além disso, os relatos apontam para a diversificação de técnicas de pesca, como a utilização de estruturas artesanais de captura, exemplificada pelo uso de cestas de bambu como armadilhas para peixes (covo).

A contaminação por metais pesados no Rio Ribeira de Iguape, resultado do despejo inadequado de rejeitos provenientes da Mina do Rocha, emerge como uma preocupação ambiental importante. Mesmo diante desse cenário, os moradores continuam a interagir com o

rio para suas necessidades diárias, incluindo a caça e o uso da água para lavagem e banho. A história de exploração mineral na região, associada ao contexto histórico de colonização e escravidão, contribui para a compreensão das complexas relações entre as comunidades e o meio ambiente (DO CARENO, 2021; SANTOS & TATTO, 2008).

A percepção da diminuição da variabilidade de espécies em afluentes do Rio Ribeira de Iguape (Mapa 1) é um consenso entre os moradores que pescam e consomem os pescados distribuídos entre as famílias. Mesmo assim, quatro dos doze entrevistados, todos homens, pescam atualmente na comunidade. Esta fala entra em concordância de conhecimentos com a academia, pois a ocorrência, reprodução e outras características ecológicas das populações de peixes da região podem colaborar ativamente em projetos de manejo e recuperação das espécies em diferentes níveis de ameaças de extinção (SOUZA, 2004; DIEGUES, 1998).

**Figura 14** - Riacho Pedro Cubas, trecho raso.



Fotografia por: OLEGÁRIO (2019).

Durante as secas dos riachos, dona Maria conta que a fome era certa. Mesmo tendo a roça de coivara como atividade principal desde aquele período (TAQUEDA, 2009; SANTOS & TATTO, 2008; CARRIL, 2002), a diversidade de sementes para compor uma nutrição completa para os moradores era menor. Com a construção das estradas que ligam as

comunidades e também dão acesso ao trecho urbano de Eldorado, as trocas de cultivos foram facilitadas para auxiliar nos períodos em que a pesca não dava e ainda não da conta. Dona Maria ainda trás que antigos fazendeiros destruíram as plantações, e suprimentos como por exemplo a farinha, que é a base alimentar de vários pratos tradicionais da região, foram perdidos. Portanto, a cooperação entre as comunidades no período da seca, também foi para a sobrevivência desses povoados (FIGUEIREDO, 2016; SANTILLI, 2005; PEDROSO JR., et al., 2008).

Os resultados obtidos revelam a interdependência entre as comunidades quilombolas e o ambiente aquático, evidenciando a importância dos rios não apenas como fonte de recursos, mas também como elementos fundamentais de suas identidades culturais. A pesca, realizada de maneira diversificada e adaptativa, reflete a relação dinâmica entre as populações tradicionais e o meio ambiente em constante transformação. A conscientização sobre os desafios ambientais, como a contaminação por metais pesados, sugere a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto os conhecimentos locais quanto as evidências científicas para a conservação sustentável desses recursos naturais.

### *5.3 Domesticação de silvestres*

O contexto da domesticação de animais silvestres emerge como uma temática de interesse, revelando nuances das interações entre as comunidades locais e a fauna circundante. As narrativas e reflexões sobre a presença de certas espécies nas proximidades das habitações, encostas de morros e áreas de cultivo fornecem uma janela para compreender essa dinâmica peculiar. De acordo com os relatos, a domesticação de animais silvestres é atualmente pouco comum entre as comunidades, em parte devido a uma maior conscientização promovida pelas lideranças locais e pelos órgãos de proteção ambiental. Essa mudança de atitude é evidenciada pelo predomínio dos animais domésticos tradicionais, como cães e gatos, nos espaços próximos às residências.

Uma das formas de domesticação mencionadas é a criação de "catetos" (*Pecari tacaju*), com apenas um morador atualmente mantendo tal prática. Outros registros são preservados através das narrativas, como a criação de "macucos" (*Tinamus Solitarius*). Esses relatos revelam uma relação complexa entre as comunidades e as espécies animais, onde a interação transcende o mero domínio utilitário. O caso do "macuco" ilustra uma abordagem

interessante, na qual o encontro de ninhos próximos às roças resultava em uma ação que permitia às galinhas de criação chocarem os ovos, demonstrando um senso de empatia interespecífica característico das comunidades tradicionais amazônicas (MENEGALD, 2012). No entanto, essa convivência não é desprovida de riscos, como apontado por Feliciano (2022).

Maria compartilha um relato ainda mais profundo, indicando a criação não apenas de primatas não especificados, mas também a incubação de ovos de "macuco" encontrados na mata próxima à roça, seguindo o mesmo procedimento empregado para as galinhas. A exploração de habitats modificados pela ação humana por algumas espécies é discutida na literatura como uma relação indireta, destacando como o sistema agrícola de coivara influencia as dinâmicas ecológicas de presas e predadores (PRADO et al., 2022; HANAZAKI, ALVES & BEGOSSI, 2009).

Outro relato trazido por Seu José ilustra uma trajetória diversificada de interações homem-animal. A criação de animais silvestres como "catetos", macacos não especificados e quatis (*Nasua*) revela a amplitude dessas práticas. O processo de domesticação se dá de formas variadas, incluindo a alimentação compartilhada com outros animais domésticos, evidenciando a complexidade dessas relações (MENEGALD, 2012). A menção à domesticação de pacas ressalta a capacidade de certas espécies se adaptarem à convivência com humanos, destacando uma dinâmica sociocultural em que a domesticação serve como um complemento às atividades de subsistência (MENEGALD, 2012).

A domesticação de animais silvestres revela uma intrincada teia de relações entre as comunidades locais e a fauna que as cerca. A mudança nas atitudes em relação à domesticação, a empatia interespecífica observada nas práticas de incubação de ovos e a diversidade de espécies domesticadas por diferentes indivíduos ilustram a complexidade dessas interações. A literatura complementa esses relatos ao destacar a dimensão sociocultural dessas práticas, onde a domesticação muitas vezes é parte integrante das estratégias de subsistência, além de ser um reflexo da rica relação entre humanos e natureza (MENEGALD, 2012; FELICIANO, 2022).



### 5.5 Cães de caça

A presença dos cães nas dinâmicas cotidianas das comunidades revela uma complexa interação entre o humano, o animal doméstico e a natureza circundante. Os cães desempenham papéis multifacetados que vão além da mera complementação das narrativas de caça, abrindo espaço para discussões amplas que abarcam desde os riscos de interações entre canídeos silvestres e domésticos até as relações de companheirismo e coexistência interespecíes (FELICIANO, 2022; HARAWAY, 2021).

A caça, tanto realizada solitariamente como em mutirões, frequentemente envolve a presença dos cães, que desempenham funções que transcendem a mera assistência na atividade. Além de auxiliar na caça, os cães também desempenham um papel de proteção para as casas, contribuindo para a segurança das comunidades (PRADO et al., 2022; FELICIANO, 2022). A observação de Maria confirma essa dualidade de funções, destacando que cães domésticos podem servir tanto para proteção quanto para a caça. No entanto, o papel dos cães na caça varia conforme suas características anatômicas e físicas. Cães com pernas longas e baixa gordura corporal são preferíveis para a caça de animais ágeis, enquanto animais com pernas curtas são destinados a caçar espécies de toca e rastejantes, como tatus e lagartos. Essa estratégia de seleção de cães para caça relacionada à sua anatomia ecoa os conceitos discutidos por Prado (2022) em relação às ontologias.

A independência dos cães em relação a seus tutores na caça é um aspecto interessante. Relatos como o de Zé revelam que cães podem caçar sozinhos na mata e retornar com pequenos mamíferos como tatus. Para evitar que se percam ou enfrentem predadores maiores, os cães são mantidos presos nas casas. A contribuição dos cães na caça também se estende a ajudar na pescaria e no trabalho na roça, evidenciando sua versatilidade nas atividades diárias (PRADO et al., 2022). As estratégias de treinamento e utilização dos cães na caça são permeadas por conhecimentos tradicionais. Zé relata o uso da defumação com folha de bananeira para que os cães reconheçam o cheiro na hora de caçar animais associados à banana. Além disso, as características físicas dos cães também influenciam suas aptidões na caça, como os cães de focinho comprido que são habilidosos farejadores de tatus em tocas. Esses conhecimentos tradicionais enriquecem as práticas de caça e demonstram a adaptação e interação entre humanos, cães e ambiente (TROTTER & LOGAN, 1986).

Por fim, a coexistência dos cães com as comunidades quilombolas vai além da caça. A presença dos cães é enriquecedora em diversos contextos, como rituais e iniciações em algumas culturas, embora essas manifestações não se reproduzam da mesma maneira nas comunidades estudadas. No entanto, estratégias de treinamento e adaptação dos cães à vida comunitária são evidenciadas, ressaltando a interconexão entre os cães e as práticas culturais das comunidades (PRADO et al., 2022). A presença dos cães nas atividades das comunidades quilombolas é multifacetada, abrangendo desde a caça até a proteção das casas e o auxílio em diversas tarefas cotidianas. Essa relação reflete a complexidade das interações entre humanos, animais domésticos e ambiente, sendo moldada por conhecimentos tradicionais e ontologias específicas (PRADO et al., 2022; FELICIANO, 2022; HARAWAY, 2021).

#### *5.6 Domesticação: cães, gatos, galinhas, vacas e porcos*

O conceito de animais de companhia é tradicionalmente associado a espécies como cães, gatos e cavalos, conforme abordado por Haraway (2016). Embora menos comum nas comunidades em estudo, relatos de criação de vacas e galinhas para companhia e alimentação também são encontrados. A noção de companhia pode adquirir diversos significados que se aprofundam nas culturas e nas residências. Especialmente em contextos onde a caça não é uma atividade universal, a domesticação de animais se assemelha mais aos contextos urbanos. A trajetória evolutiva do *Homo sapiens*, que ao longo de milênios passou da vida nômade à formação de povoados e desenvolvimento da linguagem escrita, é marcada pela presença de animais domesticados que auxiliaram na subsistência e no desenvolvimento social (SCHLINDWEIN & RIVERA, 2019; FELICIANO, 2022).

Analisando o histórico de diversas comunidades tradicionais, tanto no Vale do Ribeira quanto em outras regiões, é evidente que os cães desempenharam papéis relevantes em atividades cotidianas. Esses animais eram frequentemente companheiros de caça e, também, desempenhavam funções essenciais nas residências, como controle de pragas e fornecimento de segurança aos tutores (PRADO et al., 2022; HARAWAY, 2016). Durante as primeiras interações com as comunidades em estudo, ficou claro que a maioria das casas possui pelo menos um animal doméstico. Por exemplo, a residência de Iasmim abriga dois cachorros e doze gatos. Além disso, é comum encontrar dois ou três indivíduos de galinhas nas casas, com o número aumentando proporcionalmente ao tamanho do terreno. A troca de

animais entre os moradores é uma prática comum para aumentar a variabilidade genética dessas populações.

A importância histórica dos cães e gatos como parceiros de cooperação e evolução com os seres humanos é bem documentada em diversas culturas globais (HARAWAY, 2016). No entanto, essa relação não se limita a uma mera parceria de sobrevivência; envolve um nível mais profundo de companheirismo e interdependência. Haraway (2016) propõe o conceito de "alteridade significativa" para descrever essa relação, que vai além da mera subsistência e incorpora aspectos afetivos e evolutivos compartilhados pelas espécies. Mesmo nas comunidades quilombolas, cujas práticas podem divergir das contextos urbanos, a relação entre humanos e cães abrange atividades tradicionais, proporcionando segurança e proteção aos tutores. Seja na caça, na roça, em trilhas na mata ou mesmo no contexto pré e pós vila, a presença dos animais domésticos é um elemento integrante da vivência comunitária. Alguns moradores apontam para a ausência de mutirões ou serviços veterinários para controle populacional. Até o ano anterior à eclosão da pandemia da COVID-19 em 2019, visitas anuais eram realizadas para vacinação de animais domésticos nas casas dos moradores. No entanto, as restrições impostas pela pandemia impactaram tais atividades (FELICIANO, 2022).

**Figura 15** - Gatos domésticos de uma das residências de Pedro Cubas de Cima.



Fotografia por: OLEGÁRIO (2019).

A relação entre seres humanos e animais de companhia nas comunidades quilombolas é multifacetada, englobando aspectos de proteção, segurança, cooperação e companheirismo. Essa relação reflete a evolução conjunta das espécies e a adaptação de animais a contextos socioculturais específicos, incluindo os próprios desafios impostos pela pandemia (HARAWAY, 2016; PRADO et al., 2022; FELICIANO, 2022).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As narrativas da caça foram abordadas neste estudo com o intuito de apresentar à comunidade científica uma análise cronológica que engloba os períodos pré, durante e pós-caça. No início, as estratégias solitárias ou coletivas e a distribuição de papéis entre os participantes foram discutidas. No último estágio, focou-se nos cuidados relacionados ao preparo do alimento para consumo, especialmente no caso da carne em si, abordando aspectos como nutrição, utilização de banhas e gorduras para frituras e aplicação medicinal para tratar diversas doenças.

A atenção dada à maneira de cozinhar a carne, evitando a proliferação de parasitas, bem como o uso da defumação como técnica de conservação do alimento no contexto pré-vila e a adaptação a ambientes sem recursos eletrodomésticos, evidenciam epistemologias peculiares ao meio em que essas comunidades estão inseridas. O trabalho de campo conduzido em 2020 também revelou a prevalência de analfabetismo e semianalfabetismo entre os moradores mais idosos dessas comunidades, o que dificulta a transmissão de medidas profiláticas relacionadas a enfermidades por parte de órgãos de saúde. O estudo destaca, assim, a importância de considerar essas circunstâncias na formulação de estratégias de saúde.

As enfermidades virais, ferimentos e outros elementos mencionados na pesquisa não apenas reforçam a dimensão botânica da medicina, mas também enfatizam a contribuição da atividade de caça para a medicina tradicional. A riqueza dessas narrativas e as citações diretas nos resultados ressaltam o vasto conhecimento ecológico detido pelos quilombolas. Mesmo indivíduos que não praticam mais a caça possuem a capacidade de identificar espécies sinantrópicas, avaliar a saúde dos animais, prever o período de reprodução e reconhecer se uma fêmea está amamentando. A pesquisa revela que, em contextos passados, mais de 80% dos relatos referem-se à prática da caça, indicando uma diminuição considerável na atividade nos dias atuais.

O cenário atual mostra que a caça é desestimulada tanto pela falta de incentivo das lideranças comunitárias quanto pela fiscalização ambiental restritiva, mesmo quando amparada por legislação. Essa realidade reflete a influência de visões que ignoram os saberes e vozes dessas comunidades, os quais poderiam contribuir para a gestão e conservação das espécies locais. A memória detalhada dos idosos evidencia a importância da transferência intergeracional desses conhecimentos, especialmente em um contexto em que os jovens são menos incentivados a se envolver na caça e estão cada vez mais expostos a alimentos industrializados. A presença dos cães de caça compartilha o ambiente com outras espécies sinantrópicas. Isso sugere uma possível pesquisa futura sobre o impacto desses cães na ecologia local, traçando um histórico do Vale do Ribeira desde antes de sua urbanização até o presente, considerando a presença de apenas dois casos atuais de cães treinados. A coexistência desses cães com espécies endêmicas levanta questões sobre o transbordamento zoonótico.

A resistência contra a presença de comunidades em Unidades de Conservação, que subsistem por meio de atividades extrativistas, é uma barreira para a atuação governamental em consonância com suas obrigações constitucionais de proteção dos remanescentes de quilombos e de outros grupos tradicionais. Nesse contexto, ressalta-se a relevância de estudos como este e a integração da comunidade acadêmica para redefinir a verdadeira concepção de caça sustentável. A base teórica e prática embasada nas experiências das comunidades tradicionais pode direcionar ações eficazes em prol da conservação da fauna. É imperativo reconhecer esses grupos como parceiros na conservação, alinhando suas práticas culturais e permanência às metas de conservação e evitando a ascensão da caça esportiva. As pesquisas em Ecologia Humana fortalecem os saberes tradicionais e a cultura dos povos originários, proporcionando uma perspectiva alternativa às políticas de conservação tradicionalmente orientadas pela visão ortodoxa e acadêmica.

## 7. REFERÊNCIAS CITADAS

ADAMS, C.; MUNARI, L. C.; VLIET, N. V.; MURRIETA, R. S. S.; PIPERATA. B. A.; FUTEMMA, C.; PEDROSO JR, N. N. P.; TAQUEDA, C. S.; CREVELARO, M. A.; PRADO, V. L. S. **Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil)**. Springer Science, v. 41 p. 119-137. University of São Paulo, 2013.

APA QUILOMBOS DO MÉDIO RIBEIRA. Guias de Áreas Protegidas, Governo do Estado de São Paulo. 2023. Disponível em: <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/area-de-protecao-ambiental-quilombos-do-medio-ribeira/>

ARONSON, J.; VALLEJO, R. **Challenges for the practice of ecological restoration**. 1 ed. Blackwell, 2006.

BENSUSAN, N.. **Terras Indígenas: as primeiras Unidades de Conservação**. In RICARDO, Fany. Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. 1 ed. Instituto Socioambiental, 2004.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology; qualitative and quantitative approaches**. 1 ed. Lanham: AltaMira Press, 2006.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. **Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling**. Social Method Res, v. 2, p. 141-163, 1981.

BOMFIM, L. S. V. **No Brasil, a Ecologia Humana é um paradigma científico ou outro tipo de ciência emergente?** Revista Ecologias Humanas, v.2, n.2, p.99-122, 2016

BORGES, C.; CARNEIRO, G. P. **Morcegos, humanos e pandemias: perspectivas de longa duração para o entendimento das relações entre sociedades e ambientes**. Tessituras, v.8, n.1, Pelotas - RS, 2020

BRANDÃO, A. P. D.; BIONDO, A. W.; GODOY, S. N.; HAISI, A. **O impacto de animais de companhia na fauna silvestre brasileira**. Revista Clínica Veterinária, v. 24, n. 241, p. 16-22, 2019.

BRASIL, Governo Federal. **Política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. v. 12, 2016.

BRASIL. Lei no 9.985 de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o , incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 2000.

BRONDIZIO, E. S.; TOURNEAU, F.M. L. **Environmental governance for all: Involving local and indigenous populations is key to effective environmental governance**. Science, v. 342, n. 6291, 2016.

CAMPOS, M. Etnociência ou Etnografia de saberes, técnicas e práticas. In AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. UNESP/CNPq, p. 47-90, 2002.

CAPOBIANCO, J. P. R. **Unidades de conservação do Vale do Ribeira**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1987.

CARRIL, L. F. B. **Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombos no Brasil**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 119, 2002.

CASSIANO, A. M. **Estudo da contaminação por metais na bacia do Rio Ribeira de Iguape (SP-PR): estratégias para a remediação da área de disposição de rejeitos na mina do Rocha**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

CUCCHI, T., PAPAYIANNI, K.; CERSOY, S.; AZNAR-CORMANO, L.; ZAZZO, A.; DEBRUYNE, R.; BERTHON, R.; Rémi Berthon, BĂLĂȘESCU, A.; SIMMONS, A.; VALLA, F.; HAMILAKIS, Y.; MAVRIDIS, F.; MASHKOUR, M.; DARVISH, J.; SIAHSARVI, R.; BIGLARI, F.; PETRIE, C. A.; WEEKS, L.; SARDARI, A., MAZIAR, S.; DENYS C.; ORTON, D.; JENKINS, E.; ZEDER, M.; VIGNE, J-D. **Tracking the Near Eastern origins and European dispersal of the western house mouse**. Scientific Reports, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2020.

DA SILVA, I. P.; BOMFIM, L. S, V. **O Têlos da Ecologia Humana no Brasil e sua interface com as populações tradicionais**. Acta Brasiliensis, v. 3, n. 1, p. 35-39, 2019.

DE ALBUQUERQUE, U. P.; DE ALMEIDA, C. F. C. B. R.. **Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil): um estudo de caso.** Interciencia, v. 27, n. 6, p. 276-285, 2002.

DIEGUES, A.C. **O mito da natureza intocada.** HUCITEC. 169P., 1998.

DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos.** In DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, 2000.

DIRZO, R. et al. **Defaunation in the Anthropocene.** Science, v. 345, n. 6195, p. 401-406, 2014.

DO CARENO, M. F.. **Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras.** Editora Appris, 2021.

EPLING, G. P. **Morphology of the scent gland of the javelina.** Journal of Mammalogy, v. 37, n. 2, p. 246-248, 1956.

FELICIANO, R. D. **Ocorrência, distribuição e atividade de cães (*Canis lupus familiaris*) na ARIE Mata de Santa Genebra (Campinas – SP), o seu impacto para a mastofauna nativa e propostas para controle.** Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Ciências Biológicas - UFSCar, 2022.

FIGUEIREDO, L. M. **Populações tradicionais e meio ambiente: espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação.** Recuperado de <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/83430>, 2013.

FISCHER, M. L.; RENK, C. T. **Da ética ambiental a bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas.** História, Ciências, Saúde, v. 24, n. 2, p. 391-409, 2017.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados no período de 1995-2000.** Relatório final, 2002

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil** - 1º edição. São Paulo: Claro Enigma, 2015.



HAIALA, L. A.. **A mulher e a agricultura quilombola no Vale do Ribeira (SP): narrativas sobre conhecimento, memória e cotidiano.** TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, 2021.

HANAZAKI, N.; ALVES, R. RN; BEGOSSI, A. **Hunting and use of terrestrial fauna used by Caiçaras from the Atlantic Forest coast (Brazil).** Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, v. 5, p. 1-8, 2009.

HARAWAY, D.. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa.** Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

HIROTA, M. M. **Monitoring the Brazilian Atlantic Forest cover.** In Galindo-Leal C. & I. G. Câmara (eds.). **The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook.** Center for Applied Biodiversity Science and Island Press. Washington, D.C., p. 60-65, 2003.

IANOVALI, D.; ADAMS, C.; RIBEIRO FILHO, A. A.; KHATOUNIAN C. A. **Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP Brasil.** Desenvolvimento e meio ambiente, v. 49. USP, 2018.

IANOVALI, D. **A agricultura quilombola no Vale do Ribeira, SP: comparação entre as agriculturas itinerantes e permanente,** 2015. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Universidade de São Paulo, 2015.

INGOLD, T. **Cultura, nature, environment: steps to an ecologist of life.** In: INGOLD, Tim (org.) **The perceptivos of the environment: essays in livelihood, dwelling and Skol.** Routledge, p 13-26, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terra intitulado, liberdade conquistada.** [S.l.]: ISA, 2017.

MASO, I. **Phenomenology and ethnography.** London: Sage Publications, 2001.

MEIHY, J. C. S. B. **Memória, história oral e história.** Revista de História Oral, v. 4, n. 8, 2010.

MENEGALD, L. R.; DOS SANTOS PEREIRA, H.; DA SILVA FERREIRA, A. **Os bichos e os homens: interações socioculturais com a fauna silvestre em uma comunidade amazônica**. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, v. 12, n. 1, p. 61-82, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, 1 ed., p. 424-440, 2013.

MIRA, F. J. B., AMÂNCIO, W. A. & ANDRADE, M. J. G. **A Ecologia Humana e as gentes do sertão nordestino**. In NOGUEIRA. Os saberes populares no viés da Ecologia Humana. Paulo Afonso: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana, 2016

MORAN, E. F. **Adaptabilidade Humana**. São Paulo: EDUSP, 2010.

OLEGÁRIO, M. **Conhecimento tradicional e ensino formal: desafios educacionais entre quilombolas no Vale do Ribeira (SP) / TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba - 55f, 2020.**

OLIVEIRA JR, A. N. D. **Comunidade Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhuguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Vale do Ribeira do Iguape–SP**. In. Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território, Laudo Antropológico. p.179-212 2000.

OLIVEIRA, R. A. **O estado da arte da ecologia da restauração e sua relação com a restauração de ecossistemas florestais no bioma Mata Atlântica**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônomicas, v. 9, 241 p., 2011.

PAIVA, O. C. **Intervenção governamental e reordenação fundiária: a ação da secretaria de agricultura no litoral sul e vale do ribeira de iguape nas décadas de 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

PEDROSO JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, p. 153-174, 2008.

PEDROSO, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; TAQUEDA, C. S.; NAVAZINAS, N. D., RUIVO, A. P.; BERNARDO, D. V.; NEVES, W. A. **A casa e a roça: socioeconomia,**

**demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira.** São Paulo, Brasil. Boletim do Museu Paranaense. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 3, n. 2, p. 227-252, 2008.

PEZZUTI, J. C. B.; ANTUNES, A. P.; FONSECA, R.; ALBUQUERQUE, M.; VIEIRA, R. M.; VALSECCHI, J.; RAMOS, R. M.; CONSTANTINO, P. A. L.; CAMPOS-SILVA, J. V.; REBÊLO, G. H.; LIMA, N. A. S.; RANZI, T. J. D. **A caça e o caçador: uma análise crítica da Legislação Brasileira sobre o uso da fauna por populações indígenas e tradicionais na Amazônia.** Biodiversidade Brasileira-BioBrasil, n. 2, p. 42-74, 2018.

POVOLNY, D. **Synanthropy (Definition, evolution and classification)** In. Greenberg et al.. Flies and disease. Princeton University Press. 1971.

PRADO, H. M. **Quilombolas do Vale do Ribeira.** Ciência Hoje. v. 58, n. 343, p. 33-37, 2016.

PRADO, H. M., MURRIETA, R. S. S. **The Role of Swidden Cultivation in Shaping Ethnozoological Knowledge: Integrating Historical Events and Intergenerational Analyses among Quilombolas from Southeast Brazil.** Journal at Ethnobiology, v. 38, n. 3, p. 297-313; 2018.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. **A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão.** Ambiente & Sociedade, São Paulo v. 18, n. 4 p. 139-160, 2015.

PRADO, H. M.; MURRIETA R. S. S.; ADAMS, C.; BRONDIZIO, E. S. **Local and scientific knowledge for assessing the use of fallows and mature forest by large mammals in SE Brazil: identifying singularities in folkecology.** Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2014.

PRADO, H. M.. **Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia.** - 1 ed., Appris, 2022.

PRADO, H. M.. **Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia.** In PRADO, H. M., SILVA, R. C., SCHLINDWEIN, M. N., MURRIETA, R. S. S. Ciência Simpática: analogismo e

etnoconhecimentos quilombolas e ribeirinhos (Vale do Ribeira e Amanã). 1.ed. - Curitiba PR: Appris, 2022.

PRADO, H. M.. Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia. In PRADO, H. M. et al. **Etnografia e história natural: narrativas sobre caça e ecologia entre quilombolas no Vale do Ribeira**. 1 ed., Appris, 2022.

PRADO, H. M.. Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia. In OLEGÁRIO, M. **Saber local e ensino formal: percepções quilombolas e tensões ontológicas em perspectiva (Vale do Ribeira)**. 1 ed., Appris, 2022.

PRADO, H. M.. Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia. In SOUZA, T. L., PRADO, H. M. **Tabus e ecologia simbólica entre humlheres quilombolas e ribeirinhas (Vale do Ribeira e Amanã)**. 1 ed., Appris, 2022.

PRIMACK, R.B. & RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Efraim Rodrigues, Londrina, Paraná. 328p., 2021.

MARTINS, M. B. et al. **O homem como parte da Biodiversidade**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2020.

RIBEIRO, M C. *et al.* **The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation**. Biological Conservation, v. 142, n.6, p.1141-1153, 2009.

SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: FANY, R.. **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. Instituto Socioambiental, 2004.

SANTOS, K. M. P.; TATTO, N. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. Instituto Socioambiental, 1 ed., 2008

SANTOS, S. L., ALVES, R. R. N. **O papel dos cães nas atividades de caça em uma área no semiárido do nordeste brasileiro**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação, p. 59, 2020.

SCHLINDWEIN, M. N. **Fundamentos de Ecologia para o Turismo**. Edufscarr, 2009.

SCHLINDWEIN, M. N. e RIVERA, D. N.. **Um indivíduo de uma espécie silvestre é mais importante que um indivíduo de uma espécie domesticada?**. In: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. A. C., PHILIPPI, A. Jr. (org.). *Ética Socioambiental*. [s.l.]: Editora Manole, p. 397-432, 2019.

SCHLINDWEIN, M. N. **O meteoro Bípede: Crônica sonora do silencioso massacre inconsequente da Biodiversidade**. Edufscar. 421p., 2021.

SCHLINDWEIN, M.N, **O meteoro bípede: uma reflexão sobre o efeito da mudança de nossa postura corporal sobre os atuais impactos causados no ambiente pelo *homo sapiens***. Coloquio de Investigación Cualitativa en Motricidad Humana: ecomotricidad y buen vivir, Aracaju; São Cristóvão. *Anais*. SPQMH, p. 428-438. 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Texto por Luciana Reis. **Secretaria de infraestrutura e meio ambiente orienta ações no Vale do Ribeira**, 2019

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed., Cortez, 2007

SILVA, R.. C.; PASSOS, F. C. **Inventário de mamíferos do território quilombola de Ivaporunduva do Vale do Ribeira, SP - Relatório Parcial**, 2017.

SILVA, T. C. M.. Desmatamento, degradação e restauração da Amazônia. **Reflexões em Biologia da Conservação**. MARTINS, M. B et al., organizadores. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2020.

SOS Mata Atlântica. **Relatório Anual 2020**. Agência Bamba, set. 2021.

SOUZA, M. R. **Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, T. L. **Saberes tradicionais e tabus entre mulheres ribeirinhas do Lago Amanã (AM) e quilombolas do Vale do Ribeira (SP)**, Dissertação (Mestrado), Universidade de São Carlos, 2021.

SPÍNOLA, C. M. **Influência dos padrões estruturais da paisagem na comunidade de mamíferos terrestres de médio e grande porte na Região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2008.

STUCCHI, D.; OLIVEIRA, A. N. J.; CHAGAS, M. F., BRASILEIRO, S. S. **Laudo Antropológico: 43 comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões**, 2000.

TAQUEDA, C. S. **A Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ecologia, Universidade de São Paulo, 2009.

TROTTER R, LOGAN, M. **Informant consensus: a new approach for identifying potentially effective medicinal plants**. Em *Indigenous Medicine and Diet: Biobehavioural Approaches*, Redgrave. p. 91-112, 1986.

VASCONCELLOS, M. C. **Um olhar etnobotânico para os usos dos recursos vegetais dos terreiros de uma comunidade remanescente de quilombos do Vale do Ribeira, SP**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Agrônomicas. Universidade Estadual Paulista, 2004.

VELASCO, H.; DIAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela**. Trotta, 1997

VELOSO, H. P.; GÓES-FILHO, L. **Fitogeografia brasileira: cassificação fenomeno-ecológica da vegetação**. IBGE; Projeto RADAMBRASIL, 1982.

VOLPATO, G. FONTEFRANCESCO, M. F.; GRUPPUSO, P.; ZOCCHI, D. M.; PIERONI, A. **Baby pangolins on my plate: possible lessons to learn from the COVID-19 pandemic**. *The Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, p. 16-19, 2020.

ZARGER, R. K. **Acquisition and Transmission of Subsistence Knowledge by Qéqchi' Maya in Belize**. In *Ethnobiology and Biocultural Diversity*, edited by J. R. Stepp, F. S. Wyndham, and R. K. Zarger. University of Georgia Press, p. 593–603, 2002.

## 8. REFERÊNCIAS DE FIGURAS

**Figura 1** - TINOCO, I. (2021). Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso para a liderança da comunidade de Pedro Cubas.

**Figura 2** - OLEGÁRIO, M. (2019). Paisagem de Mata Atlântica secundária e ao fundo os morros do Vale do Ribeira.

**Figura 3** - CAPOBIANCO (1987). Demarcações de áreas de proteção ambiental do Vale do Ribeira (SP) da década de 1980.

**Figura 4** - ENADE, (2019) Demarcações de áreas de proteção ambiental do Vale do Ribeira (SP) Acesso em: <https://brainly.com.br/tarefa/24958737>

**Figura 5** - BARBOSA, C. (2020). Mapa da região abrangente de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.

**Figura 6** - SCHLINDWEIN, M. N. (2021). Balsa de acesso às comunidades, que atravessa o Rio Ribeira de Iguape.

**Figura 7** - HAIALA, L. (2020). Residência de Pedro Cubas, às margens da estrada.

**Figura 8** - HAIALA, L. (2020). Morador da comunidade de Pedro Cubas e sua residência em meio a mata.

**Figura 9** - HAIALA, L. (2020). Morador de Pedro Cubas em roça aos fundos de seu quintal.

**Figura 10** - HAIALA, L. (2020). Moradora de Pedro Cubas de Cima, levando as pesquisadoras até a casa de outro morador para uma nova entrevista.

**Figura 11** - OLEGÁRIO, M. (2020). Fogão a lenha, comumente localizado aos fundos das casas.

**Figura 12** - HAIALA, L. (2020). Artesanatos para venda e também para armazenar as banhas dos animais.

**Figura 13** - SCHLINDWEIN, M. N. (2021). Morador da comunidade na beira do rio Pedro Cubas, onde alimenta os peixes.

**Figura 14** - OLEGÁRIO, M. (2020). Riacho Pedro Cubas, trecho raso.

**Figura 15** - OLEGÁRIO, M. (2020). Gatos domésticos de uma das residências de Pedro Cubas de Cima.

## 9. REFERÊNCIA DE TABELAS

**Tabela 1** - OLEGÁRIO, M. (2023). Amostral de quantidade, faixa etária e gênero das pessoas que realizam a atividade da caça. (M= mulher; H= homem).